



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA.  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS-BIOLOGIA

**ADRIANA DE JESUS BARROS VIEGAS**

**NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL:** os desafios de sua implantação no  
CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro – MA

Pinheiro  
2019

**ADRIANA DE JESUS BARROS VIEGAS**

**NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL:** os desafios de sua implantação no  
CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro – MA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso  
de Ciências Naturais da Universidade Federal do  
Maranhão-UFMA como requisito para obtenção do  
Grau Licenciada em Ciências Naturais-Biologia.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Me Roberto Santos Ramos

Pinheiro  
2019



Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

BARROS VIEGAS, ADRIANA DE JESUS.

NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL : Os desafios de sua implantação no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro MA / ADRIANA DE JESUS BARROS VIEGAS.  
- 2019.

65 f.

Orientador(a): Roberto Santos Ramos.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Naturais - Biologia, Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2019.

1. Educação. 2. Ensino. 3. Qualidade. I. Santos Ramos, Roberto. II. Título.

**ADRIANA DE JESUS BARROS VIEGAS**

**NOVO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL: os desafios de sua implantação no  
CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro – MA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Maranhão-UFMA como requisito para obtenção do Grau Licenciada em Ciências Naturais-Biologia.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Me Roberto Santos Ramos

Data da aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup> Mestre Roberto Santos Ramos  
Orientador  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

Prof.<sup>a</sup> Mestra Maria de Fátima Sousa Silva  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

---

Prof<sup>o</sup> Doutor Janilson dos Santos Coelho  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Dedico este trabalho ao meu amado filho Cristian Reryson, e meus sobrinhos Ariadyna, Isabelly Kauane, Ádrian e Maria Júlia que estão iniciando suas vidas na educação. Que eles possam desfrutar de uma educação igualitária como instrumentos mais eficaz para o desenvolvimento humano e habilidades necessárias para enfrentar um mundo em constante mutações.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Deus, com sua infinita sabedoria colocou força em meu coração para vencer mais esta etapa em minha vida.

A minha família, suporte divino, especialmente minha mãe Jacinta Barros, meu Pai Raimundo Linaldo Viegas, minha madrasta Maria das Graças, por todo apoio e incentivo.

Minha irmã Tatiana, pessoa maravilhosa, confidente e parceira inseparável, meus irmãos Marlyson, Carlos Sandro, Sidiney, Ronyvaldo, e Adriano, meus xodós pelo amor incondicional.

Meus tios, tias e primos e primas pelo apoio que sempre me deram.

Ao meu Orientador Ms. Roberto Santos Ramos, pelo respeito, suporte apoio, correções e incentivos durante toda graduação.

Aos meus amigos de vida, a família Pastoral da Criança, principalmente Missileia e Josefa e os que conquistei ao longo da minha jornada na UFMA Campus Pinheiro, especialmente Edna Maria, Geisa Neves, Jorgiena Pimenta, Thayse Martins, Anaci Pereira.

Ao meu amigo, professor Joelio Diniz, que somou comigo nas horas difíceis.

A meu querido Edmilson Soares, pela força, paciência e carinho.

A esta Universidade, e todo seu corpo docente, direção, coordenação de curso e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior centrada na confiança, no mérito e ética aqui presentes.

A todos que direta e indiretamente contribuíram com meu crescimento.

Não se impessa de sonhar, não se  
limite a não realizar, batalhe, insista,  
prossiga, conquiste!

Tainã Marinelli



## RESUMO

A nova proposta do Ensino Médio provocou diferentes formas de pensamentos de ensinar e aprender, a qual trouxe diversos aspectos que merecem ser discutidos no contexto educacional. Além da democratização de oportunidades educacionais e a construção de um instrumento de emancipação do indivíduo no contexto social. A Medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, sancionou a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, o novo Ensino Médio em Tempo Integral o qual repercutiu em uma série de problemática que ganhou força na atual conjuntura política do país, em particular, no Município de Pinheiro-MA. De que forma será ajustada a estrutura física e o currículo da escola para a nova proposta de Ensino Médio? Quais as expectativas da comunidade escolar mediante a adoção do novo Ensino Médio em tempo integral no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli? No atual momento político e crítico do país, é pertinente estudos que levantem as demandas no âmbito da escola mediante a implantação do Novo Ensino Médio. Diante disso, o estudo teve como objetivo geral analisar o processo de implantação do Novo Ensino Médio em modalidade integral no CEIN- Dom Ungarelli, em Pinheiro – MA. Os resultados finais do estudo concluíram que a implantação do novo modelo de ensino provocou mudanças bruscas na escola tanto na estrutura física quanto pedagógica. A instituição teve que passar por diversas transformações para receber a nova proposta, e a mesma ainda segue em fase de adaptação com o novo modelo.

**Palavras chaves:** Ensino. Educação. Qualidade

## ABSTRACT

The new proposal of High School brought about different forms of thoughts of teaching and learning, which brought several aspects that deserve to be discussed in the educational context. In addition to the democratization of educational opportunities and the construction of an instrument of emancipation of the individual in the social context. Provisional Measure No. 746 of September 22, 2016, enacted Law No. 13,415 of February 16, 2017, the new High School in Integral Time, which impacted on a series of problems that gained strength in the current political situation of the country, in in the municipality of Pinheiro-MA. How will the school's physical structure and curriculum be adjusted for the new High School proposal? What are the expectations of the school community by adopting the new full-time High School in CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli? In the current political and critical moment of the country, it is pertinent studies that raise the demands in the scope of the school by means of the implantation of the New High School. Therefore, the main objective of this study was to analyze the process of implementation of the New High School in an integral modality at CEIN - Dom Ungarelli, in Pinheiro - MA. The final results of the study concluded that the implantation of the new model of education caused abrupt changes in the school in both physical and pedagogical structure. The institution had to undergo several transformations to receive the new proposal, and it is still in the process of adaptation with the new model.

**Keywords:** Teaching. Education. Quality

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Cieps	Centros Integrados de Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCE	Diretrizes Curriculares Estaduais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP	Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministro da educação e saúde pública
OCEM	Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação

## LISTA DE INLUSTRAÇÕES

QUADRO-1	As mudanças do Ensino Médio no Brasil, de 1942 a 2017.....	21
TABELA - 1	Desempenho da Educação Básica, 2005 a 2013.....	27
FIGURA -1	Localização do Município de Pinheiro-MA.....	44
FIGURA -2	Área da frente do CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli.....	46
TABELA-2	Resultados da entrevista com os professores.....	47
TABELA-3	Resultados da entrevista com os alunos.....	51

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Objetivos</b> .....	<b>17</b>
2.1.1	Geral.....	17
2.1.2	Específicos.....	17
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEORICA</b> .....	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>As reformas do Ensino Médio brasileiro</b> .....	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Atual conjuntura sócia-política</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Atual cenário educativo no Brasil</b> .....	<b>24</b>
<b>3.4</b>	<b>A Medida provisória 746 de 22 de setembro de 2016</b> .....	<b>30</b>
<b>3.5</b>	<b>Os desafios de implantação do Novo Ensino Médio</b> .....	<b>37</b>
<b>3.6</b>	<b>3.6 Os desafios da formação docente para atuação no novo Ensino Médio</b> .....	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>Instrumentos coleta dos dados</b> .....	<b>43</b>
4.1.1	Área de Estudo.....	46
4.1.2	Sujeitos da pesquisa.....	46
4.1.3	Critérios de inclusão, não inclusão, Tamanho Amostral.....	46
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>47</b>
<b>4.4</b>	<b>Análise dos questionários</b> .....	<b>47</b>
5.1.1	Entrevista com professores e gestores.....	47
5.1.2	Entrevista com os alunos.....	50
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>53</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>54</b>
	<b>APÊNDICE</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

As configurações do Sistema Educacional brasileiro não é uma questão recentemente a ser discutida. Falar sobre reformas no ensino fundamenta as primeiras escolas do Brasil, direcionada pelos jesuítas no século XVI, os quais propagaram, entre perigos e provações, as bases de todo sistema de educação que se ampliou progressivamente com a extensão territorial do domínio Português. (SOUSA E CAVALCANTE, 2016).

Precisamente em 210 anos, em dois séculos foram edificados a organização da educação colonial, uma técnica que teve início com a chegada dos primeiros jesuítas considerados pelos historiadores como únicos educadores no território brasileiro, até a expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal em 1759.

De acordo com Campelo, (2017 p. 12) “ a educação no Brasil passou por várias reformas, sofrendo alterações políticas centralizadas, descentralizadas e mistas, em conformidade com o modelo de governo vigente”. Existe diversos estudos que demonstram a realidade do ensino no Brasil sinalizando a precisão de melhoramento ao que condiz a sua qualidade.

Em consenso com Bastos (2017, p. 6) acredita-se que “as dificuldades não são oriundas dos objetivos atingidos, mas por falta de exatidão dos resultados pedagógicos, assim como a estruturação das escolas e a disponibilidade de recursos necessários para o desenvolvimento de uma boa pratica”. Diversas pesquisa sobre Educação, no âmbito nacional ou internacional colocam o Brasil com resultados insatisfatórios em relação a qualidade do ensino.

A exemplo disso, a avaliação do Pisa<sup>1</sup> o Brasil aparece em penúltimo colocado entre 40 países pesquisados. A lista pertence à Pearson Internacional e faz parte do projeto The Learning Curve (A curva do aprendizado, em inglês). O ranking é elaborado a partir dos resultados de três testes internacionais, aplicados a alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Pisa: é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada três anos. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vista a melhorar as políticas e resultados educacionais. (Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>). Acesso em 12 de dezembro de 2018.

No Brasil a prova fica sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -Inep.

As áreas de conhecimento enfatizada pelo Pisa são: Leitura, Matemática e Ciências. Em 2016, o foco do Pisa foi Ciências. Em 2015, a nota do país em ciências caiu de 405, na edição de 2012, para 401. Em leitura, o desempenho do Brasil caiu de 410 para 407, já em Matemática, a pontuação caiu de 391 para 377.

Em função de aparecer sempre entre os últimos colocados, o Governo Federal mediou através da Medida Provisória<sup>2</sup> Nº 746 de 22 de setembro de 2016 o Novo Ensino Médio, que posteriormente veio a ser sancionado em 16 de fevereiro de 2017, a Lei nº 13.415/17.

Segundo Fajardo, (2017) o intuito do Governo Federal, é resolver algumas questões que abrangem o Ensino Médio, por isso, que foi encaminhada ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 746, com urgência a ser aprovada.

De acordo Moraes et al., (2017) no período de intensas modificações sociais, políticas e econômicas no Brasil, com um cenário de crise governamental, a ética, a instabilidade financeira, a fragilidade das forças convergentes para fortalecimento da garantia de direitos e, especificamente, um grande abismo entre o que foi planejado para os avanços educacionais nas próximas décadas e as decisões tomadas pelo Governo Federal, a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 foi aprovada.

Diante da conjectura política do Governo Federal com a aprovação da Lei nº 13.415/17, é a retomada do avanço neoliberal contra os direitos sociais e a abertura de oportunidades de negócios no campo educacional público para o grande capital nacional e internacional. É nesta totalidade política de crise ética institucional do Governo Federal e de condução neoliberal da crise econômica que a Reforma do Ensino Médio merece ser discutida.

Contudo, para Martins e From (2017) o novo Ensino Médio provoca diferentes formas de pensamentos, de ensinar e aprender, traz diversos aspectos que merecem ser discutidos no contexto educacional, como a democratização de oportunidades educacionais que possibilite a construção de um instrumento de emancipação do indivíduo no contexto social. O Ensino Médio é a última fase da Educação Básica.

---

<sup>2</sup> A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo Governo Federal, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende da aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em Lei. Fonte: ([Http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria](http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria)). Acesso em 14/11/18

Segundo a Lei LDB nº 9.394/96, os Estados são responsáveis por, progressivamente tornar o Ensino Médio obrigatório.

É necessário que sejam criadas políticas educacionais que possam vim assegurar a qualidade do ensino nesta última etapa da Educação Básica e oferte uma formação plena os jovens, uma educação que inspire a prática da liberdade no mundo, e respaldo aos desafios impostos a eles. Os quais poderão responder de forma positiva, ao contrário de uma educação bancária. Sendo que para isso devem acrescentar o número de matrículas disponíveis, para atender a todos os concludentes do Ensino Fundamental, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação-PNE. (BRASIL, 1996).

As diversas sugestões que compõem a Lei nº 13.415/17 alteram artigos da Lei nº 9.394, e a Lei nº 11.494, de junho de 2007, que é a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. (BRASIL, 2017). Do mesmo modo, que coloca a Política de Fomento à Implementação de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral. (FAJARDO, 2017).

De acordo com Ferreti e Silva (2017) algumas questões presentes no texto da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016 chamaram a atenção de estudiosos. Pois, a mesma promoveu alterações na estrutura do Ensino Médio, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Como alteração temos: o aumento da carga horária mínima anual do Ensino Médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de Língua Portuguesa e Matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio. Restringe a obrigatoriedade do Ensino da Arte e da Educação Física à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, tornando as facultativas no Ensino Médio. Torna obrigatório o ensino da Língua Inglesa a partir do sexto ano do Ensino Fundamental e nos currículos do Ensino Médio, facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, como o espanhol.

Além de permitir que os conteúdos cursados no Ensino Médio sejam aproveitados no Ensino Superior. O mesmo passa a ser composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências humanas formação técnica e profissional.



Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC. Além disso, a Lei nº 13.415/17 ofertou a possibilidade de atribuição do exercício da docência a pessoas com notório saber em alguma especialidade técnico-profissional.

Portanto, a Nova Reforma do Ensino Médio traz à tona uma problemática que ganha força na atual conjuntura política do país, que é a privatização do ensino de forma avessa aos preceitos constitucionais que asseguram uma educação pública, gratuita e de qualidade. Com base nesse pressuposto levantaram-se questões no presente projeto de pesquisa, tais como: de que forma será ajustada a estrutura física e o currículo da escola para a nova proposta de Ensino Médio?

Quais as expectativas da comunidade escolar mediante a adoção do novo Ensino Médio em tempo integral no Centro de Ensino Dom Ungarelli?

Serão viabilizados recursos financeiros para implantação do novo Ensino Médio em tempo integral?

Essas questões problematizadoras permitem uma delimitação do tema a ser pesquisado, bem como a adoção de uma metodologia adequada para buscar responder às questões supracitadas.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Assim que iniciaram os debates sobre a Medida provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que sancionou a Lei nº 13.415/17 de 16 de fevereiro de 2017 do novo Ensino Médio em tempo integral, as inquietações vieram à tona. O novo Ensino Médio dispõe de áreas que se articulam através de um princípio epistemológico: a aprendizagem por competências e por dois princípios pedagógicos, a integralidade e a contextualização.

Outro fator preponderante que chamou a atenção com a nova proposta de ensino, é que ao lidar com a execução da política pública educacional na cidade de Pinheiro Maranhão, podemos perceber à primeira vista, uma estrutura física e pedagógica que não condiz com as demandas para a implantação do Ensino Médio em Tempo Integral, demandando então um estudo que analisasse os desafios para sua implantação.

Nesse contexto, este estudo propõe identificar como se estruturou o processo de expansão do Ensino Médio em Tempo Integral no CEIN-Dom Ungarelli, em Pinheiro Maranhão, associando-o às demandas dos jovens e à necessidade de construção de uma sociedade mais igualitária.

Diante da nova reforma educacional, o novo Ensino Médio tem entre seus objetivos a flexibilização das disciplinas em que apenas Português e Matemática serão os dois únicos componentes curriculares obrigatórios nos três anos do Ensino Médio. Para complementar o currículo, de acordo com a Lei, os demais componentes deverão ser definidos na BNCC.

Diante do atual cenário do país, se faz necessário, estudos que possam mostrar as demandas no âmbito da escola diante da implantação do Novo Ensino Médio para os jovens brasileiros, em especial os jovens do Município de Pinheiro Maranhão. Este estudo se constitui num momento delicado na conjuntura política e econômica do país, ganhando relevância a partir da produção de novos conhecimentos, uma vez que a literatura corrente sobre o referido assunto é pouco expressiva.

## **2. 1 Objetivos**

### **2.1.1 Geral**

- ✓ Analisar o processo de implantação do Novo Ensino Médio em modalidade de tempo integral no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro – MA.

### **2.1.2 Específicos**

- ✓ Avaliar a estrutura física e o currículo para implantação do Ensino Médio integral;
- ✓ Verificar a disponibilidade de recursos financeiros para adequação da escola ao novo Ensino Médio;
- ✓ Descrever os desafios da comunidade escolar quanto à implantação do novo Ensino Médio.

## **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1 As reformas do Ensino Médio brasileiro**

A educação brasileira iniciou-se após a chegada dos colonizadores portugueses no país. Acerca de 50 anos do pleito da colonização, especificamente

em 1549, chegaram no Brasil os padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas. Estes vieram para catequizar e ensinar por quase dois séculos, até que foram banidos de Portugal e dos domínios da nação portuguesa por volta de 1759. (BALD; FASSINI, 2018). No entanto, a educação esteve ligada diretamente à história que se iniciou com os jesuítas.

Com a banalização dos jesuítas, a educação da época ficou sob a responsabilidade de determinados professores que, comumente eram apontados pela igreja, tinham o direito de ministrar certas disciplinas, como se lhes pertencesse, pois, esse direito de lecioná-la era vitalício.

O ensino dava-se de modo desvinculado de qualquer escola, com domínios das aulas de latim, cabendo o aluno a se matricular em quantas e quais áreas almejasse. Com a chegada de D. João VI, a política educacional brasileira foi se modificando, e o governo português adotou novas medidas em relação ao Brasil, nesse período foram inauguradas várias instituições educativas e culturais, onde surgiram também os cursos superiores.

Diante do novo cenário, veio a precisão da formação de novas profissões para atender à demanda dos serviços criados, em função das inovações introduzidas por D. João V. (BALD; FASSINI, 2018). A política educacional brasileira criada no período de D. João, sob a configuração de regimentos, por volta de 1548 o projeto educacional meritório em muitos aspectos, voltou-se para as demandas imediatas da Corte Portuguesa no Brasil.

As aulas e cursos criados, em vários setores, tiveram o objetivo de preencher litígios da formação profissional. Esta característica haveria de ter uma grande influência na evolução da educação superior brasileira. A partir de então a política educacional trata das deliberações por meio do Poder Público, o Estado toma decisões em relação à educação em todo o território do país. (CAMPELO, 2017).

De acordo com Saviani, (2008) em 1942, no governo Vargas, foi instituída a Reforma Capanema de Ensino, a Reforma recebeu essa denominação por conta do ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, que dividiu o Ensino Secundário em dois modelos: Clássicos Científicos.

Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde pública -MESP, constituiu a Universidade do Brasil, qual foi inspiração para as futuras instituições de ensino superior existentes nos dias atuais. Durante a sua administração Capanema se

manteve à frente da criação do INEP, em 1938, cuja gestão ficou a cargo de Lourenço Filho. (CAMPELO, 2017).

De todas as áreas do projeto educacional da era Vargas, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais intensa e prolongada. Diversos estudos dos tempos de Capanema, mostraram qual seria o sistema educacional proposto pelo ministro que correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao incremento das habilidades e mentalidades de acordo com os vários papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Capanema indicou instrumentos para a ascensão do governo na educação, através da educação moral e cívica.

Ainda na administração de Capanema foram criadas as leis orgânicas do ensino, mais conhecida como Reforma Capanema. De acordo com Saviani, (2008) *apud* Campelo (2017 p. 12) as principais reformas implantadas por meio de decretos foram:

Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Lei que instituiu o SENAI;  
Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei que deu origem ao Ensino Industrial;  
Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei que implantou o ensino secundário;  
Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei que suplementou o ensino comercial;  
Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei de implantação do ensino primário;  
Decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946. Lei que cria o ensino normal;  
Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Lei que deu criação ao SENAC;  
Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei que vinculou o ensino agrícola.

Em comparação a Reforma Capanema de 1942, com a Reforma do Ensino Médio Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 existe uma certa semelhança: os estudantes daquela época podiam optar por qual caminho seguir. Mas, na prática era bem diferente do modelo implantado. Os clássicos mais focados eram a Filosofia e a Língua, incluindo o Latim, Espanhol e o Grego. E os científicos ofereciam mais o currículo voltado para ciências exatas.

Segundo Oliveira (2017) esse sistema elitizou a escola secundária e as classes de baixa renda passaram a procurar cursos técnicos em escolas como Senai e Senac, criadas nessa época como já citadas de acordo com os decretos supracitados. Em

1946, foi instituído o Ensino Normal Magistério, que preparava estudantes, praticamente só meninas para trabalhar como professoras de escolas primárias.

Após a ditadura que incidiu o golpe militar de 1964, por volta da década de 1980 foi intensificado revelações sobre a crise educativa do país, os discursos sistemáticos sobre a constância do ensino tradicional. No cenário da reestruturação política e social do Brasil, esse discurso abrangeu diversos sujeitos e entidades representativas da sociedade civil brasileira, em particular os professores do ensino de 1º e 2º graus e superior da época. (MORTATTI, 2014). Esse sistema foi modificado em 1971, quando o ensino foi dividido em primeiro e segundo graus, na última opção, as escolas públicas tinham de oferecer cursos profissionalizantes, como Secretariado, Química, Agropecuária e Mecânica.

O modelo fracassou 1982, em uma Lei que decretou o fim dessa obrigatoriedade. Em 1996, houve outra mudança com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, onde as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram incluídas no currículo. (BRASIL, 1996). Um marco de destaque no campo das Reformas do Ensino Médio foi aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que é atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essa Lei, foi largamente discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, onde prosseguiu em discussão durante 13 anos. Somente com a admissão da referida Lei que passou a haver menos equivalência entre a Educação Técnica, a Normal e a Secundária, todas sendo inclusas no Ensino Médio. (PILETTI, 1988).

Com admissão da LDB de 1961, também passou a haver certa flexibilização na estrutura curricular das escolas, as instituições podiam definir quais seriam as disciplinas optativas, não havia mais necessidade de seguir os currículos rigidamente unificados. Cada modelo de ensino podia montar sua própria estrutura, desde que incluíssem Português, História, Geografia, Matemática e Ciências.

De acordo com Gomes (1998), o Ensino Médio, com a sua denominação topográfica, que está entre o fundamental e o superior, apresenta internacionalmente uma notória dificuldade de clarificação de objetivos. Em parte, isto se deve ao seu papel na mobilidade social e à delicada opção entre a terminalidade e a continuidade dos estudos.

Para Piletti (1988) as inúmeras indagações e controversas, está, em primeiro lugar, a das suas finalidades e relações com o trabalho. Surge outras convenientes, em termos de democratização educacional e oportunidades de mobilidade social, ter,

após a escola fundamental, uma só trajetória para o aluno ou oferecer várias alternativas. É relevante frisar de acordo com a análise da história como o objetivo e as metodologias de ensino, inicialmente a educação brasileira se preocupou com ensino voltado ao trabalho. Todavia, todas reformas vêm alternando obrigatoriedade a carga horárias nos currículos escolares desde a época do Brasil Colônia.

Portanto, ao longo da história da educação brasileira o Ensino Médio sofreu diversas modificações, como é demonstrado no quadro a seguir o Panorama das Mudanças do Ensino Médio de modo sintético.

QUADRO 01-As mudanças do Ensino Médio no Brasil, de 1942 a 2017.

ANO	O QUE MUDOU
1942	Divisão do Curso Secundário entre Clássico (ênfase em Filosofia e em Línguas) e científico (mais Ciências e Desenhos). Duração de três anos e carga horária de 30 horas semanais. O ano letivo era de 15 de março a 15 de dezembro, com folga de sete dias em junho.
1946	Criação do Ensino Normal para formar docentes de escolas primárias, entraram no currículo caligrafia, trabalhos manuais e economia doméstica. Carga horária de 28 horas semanais. O ano letivo era o mesmo do clássico e do científico, mais as férias de junho duravam 15 dias.
1971	A educação foi dividida em 1º e 2º graus (não mais entre Primário e Ginásio e Secundário). Escolas públicas se tornaram profissionalizantes. Carga horária total passou a ser 2.200 horas dividida nos três anos. O currículo implantado é o mesmo para todos: Português, Matemática, Física e História, além de educação moral e cívica e a OSPB-Organização Política Brasileira.
1982	Cai a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante. Há migração para escola privada e proliferação de cursinhos e pré-vestibulares.
1996	Com a reformulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 de 16 de dezembro de 1996, o 2º grau virou Ensino Médio, o currículo passou a conter 13 matérias, incluindo sociologia e filosofia. A carga horária anual passou a ser de 800 horas.
2016	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Fonte: <https://www1.folha.uol.br/educacao/2017=ensino.medio>

A educação brasileira pautar-se em recursos regulamentadores e estruturadores como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -OCEN em 2006 e, a nível estadual, as Diretrizes Curriculares Estaduais –DCE e, mais recentemente, ainda em fase de construção e aprovação: a Base Nacional Curricular Comum-BNCC.

### 3.2 A conjuntura sócio-política atual

A sociedade atual é marcada, por um sistema econômico capitalista em crise, acendendo uma luta de classes. Em decorrências dessa nova reestruturação se tem alcançado ações sociais de encargo do Estado, entre elas a educação. (NETO; LIMA e ROCHA 2017). O início da formação profissional e técnica da educação no Brasil foi marcado pela exclusão e discriminação durante o período colonial, o qual apartava o trabalho de força física entre os negros, e as profissões aprendidas através das corporações de ofício entre os homens brancos, não dando oportunidade assim, aos marginalizados da sociedade colonial a entrar nos estudos. (CANALI 2011).

O Brasil se define principalmente por suas dimensões econômica e política. Na visão econômica, tem-se uma crise capitalista mundial, ou uma crise orgânica e geral do capitalismo, cuja origem foi em 2008. Os impactos de tal crise manifestam-se de modo distinto em termos geográficos e temporais; no entanto, é inegável que, no último período, houve um abalo com força na América Latina e no Brasil, em movimentos estruturais que atingiram as bases sociais da própria reprodução política. (MANCEBO, 2017).

Segundo Canali (2011) no plano político, emerge-se em evidencia dos impactos geradas pela crise econômica no Brasil se mostra mais claramente por meio de um impeachment da presidente da república no ano de 2015, momentos a posteriores em que pautas de cunho econômico foram votadas afetando os segmentos sociais, sobretudo as instituições de educação de nível médio.

De acordo com Mancebo, (2017) quando ocorrido as rebeliões de junho de 2013 a deterioração pública da saúde, da educação e do transporte coletivo, adicionada a outras, começavam a transparecer, mostrando que o mito de um país neodesenvolvimentista que caminhava para o primeiro mundo era uma ficção desprovida de qualquer lastreio material.

Os 12 anos de governo anteriores efetivamente, cresceu as políticas sociais compensatórias, gerando melhorias para os setores sociais mais empobrecidos, porém foi deixado de lado a agenda de reformas estruturais, negligenciaram a expansão dos bens e serviços de uso coletivo; não atingiram os investimentos necessários em infraestrutura; e assistiram, sem reagir, à reprimarização da pauta de

exportações e à desindustrialização do país, os quais são fenômenos associados a uma inserção declinante no sistema internacional.

A realidade da atual situação da educação básica brasileira e do trabalho docente constitui-se em um notório desafio. Primeiramente, a educação brasileira é bastante diversificada. Essa diferença não é uma marca doméstica, pois o sistema educacional no plano internacional, vem passando por mudanças amplamente diversificada, com multiplicidade de arranjos institucionais. (MANCEBO, 2017).

No Brasil, as intensas desigualdades socioeconômicas colocam a maioria dos filhos da classe trabalhadora a procurar, bem antes dos 18 anos, a sua inclusão no mercado de trabalho, com o objetivo de complementar a renda familiar ou até ser a única fonte de sobrevivência. Com baixa escolaridade e sem nenhuma instrução profissional, alimentando as filas do trabalho simples, e cooperando para a valorização do capital. (BRASIL, 2012).

Diante disso, o mercado de trabalho, a contradição torna-se ainda mais límpida de um lado estão os trabalhadores e do outro, os meios de produção. Para alimentar a taxa de lucro, o capital procura instigar a opressão da mão de obra dos trabalhadores.

No Brasil, por volta da década de 1990, com a Reforma do Estado, as instituições internacionais multilaterais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, dentre outros veem orientado as políticas educacionais. Por longos anos, o Banco Mundial vem propondo políticas destinada à educação em todo o planeta. No Brasil, o governo Collor/ Itamar Franco (1990-1994) foram realizadas diversas reformas adotando o modelo neoliberal. (TOMMASI, 1996).

O FHC a datar de 1995-2002 deu continuação a essas políticas sob a direção do Banco Mundial. O governo sucessor de 2003-2016, apesar de permanecerem ligados às políticas neoliberais, apontaram algumas ações que andavam na direção de um novo modelo educacional. Dentre essas ações o financiamento da Educação propiciou avanços significativos. (ALVES, 2016).

Em consenso com Oliveira (2009) houve a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB pelo governo federal, substituindo o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -FUNDEF, criado no ano de 1996. Este novo programa criou uma construção do financiamento da



Educação Básica, englobando suas etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse período foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, através do Decreto nº 6094/2007, que se estabelece a regulamentação do regime de coparticipação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios, objetivando à mobilização social pelo avanço da qualidade da Educação Básica, através de programas e ações de assistência técnica e financeira.

Para Ramos e Heinsfeld (2017 p. 13):

O governo Federal em 2016 retoma o ideário neoliberal dos anos 1990, inclusive levando para o sistema os mesmos modelos daquela década. A reforma do Ensino Médio, manifestada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, dentre diferentes providências, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN nº 9.394/96, direcionando um processo de alterações para a formação dos jovens, e adaptações do currículo escolar e, por conseguinte, projetou mudanças na formação docente, que atuam nessa fase da Educação Básica.

Segundo Moraes et al., (2017) ainda existe uma evidente separação entre as atividades que são desenvolvidas no mercado de trabalho brasileiro, bifurcação esta que surge como espelho das políticas neoliberais que despertam com a união capitalista, dando prioridade sempre aos interesses de uma classe sobre a outra, interferindo na divisão do trabalho técnico e intelectual.

### **3.3 Atual cenário educativo no Brasil**

O Brasil tardou a criar políticas voltadas à educação. De acordo com a narrativa histórica da educação brasileira, a mesma foi inserida na pauta do Estado, sobretudo na década de 1930, a escola pública era aberta a um pequeno percentual da população. A constituição brasileira criada em 1988, foi um grande marco para a educação pública no Brasil, através dela a educação tornou-se efetivamente um direito, de modo que cabe ao Estado garantir de forma obrigatória. (BRASIL, 2014).

Embora haja diversos atrasos, mais evidentemente em comparação a nações desenvolvidas e mesmo alguns pais vizinhos latino-americanos, observa-se o tamanho dos desafios que o Brasil enfrentou nas últimas duas décadas e meia, vários agentes sociais e governamentais mobilizaram-se pelo direito a educação e diversas transformações foram ocorridas.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental comum entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será elevada e estimulada com o auxílio da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União:

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1996 p. 102).

Nesse artigo, intensificado dois conceitos decisivos para o desenvolvimento da questão curricular. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diversificado é destinado no Artigo 26 da LDB, que cabe os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ter a base nacional comum, a ser implementada, em cada sistema de ensino e em cada instituição escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade. (BRASIL, 2017).

Tais orientações induzem a compreensão do saber curricular contextualizado pela realidade local, social e particular da escola e dos discentes, é um guia das diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE ao longo dos anos de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação, empregou novas diretrizes ampliando e organizando o conceito de contextualização como inclusão e valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as manifestações de cada comunidade, bem como destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação-PNE, afirmando necessidade de estabelecer uma pactuação interfederativa entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, diretrizes de cunho pedagógicos para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e pro dos alunos de cada etapa, Ensino Fundamental e Médio, respeitando as diversidades regionais, estaduais e locais. (BRASIL, 2014).

Diante dos consoantes marcos legais anteriores, o PNE reafirma a relevância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o olhar voltado a aprendizagem do aluno como técnica para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a dispor, concomitantemente, de duas nomenclaturas para se portar às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular decidirá direitos e metas de aprendizagem do Ensino Médio, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nos seguintes campos do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização dos campos de que trata as respectivas aptidões e habilidades será elaborada de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017 p. 15).

No entanto, trata-se de formas diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que abarca tanto os saberes como a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los. Nas últimas décadas, acorreram marcos legais tais como: o fortalecimento do financiamento da Educação Básica, com a concepção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e Lei nº 11.494/2007), que forneceu o aumento significativo do volume de recursos para essa classe.

Em relação ao tempo mínimo de escolaridade houve ampliação da oferta através Emenda Constitucional nº 59/2009, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2006).

Em 2013, havia em torno de 50 milhões de estudantes matriculados na Educação Básica no Brasil, incluindo os alunos do ensino regular da Educação de

Jovens e Adultos e da Educação Especial, de acordo com o Censo Escolar (Inep/MEC). (BRASIL, 2013). Em 2013 o desenvolvimento médio dos alunos foi muito baixo, em todas as etapas. O Ideb-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que agrega os indicadores do fluxo escolar e de médias de desempenho nas avaliações, também revelou um cenário preocupante nos anos iniciais, Ensino Fundamental, Ensino Médio como mostra a tabela 1.

TABELA 1-Desempenho da Educação Básica, 2005 a 2013.

<b>Serie/área de conhecimento</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>
<b>Brasil (8º/9º EF-Mat.)</b>	239,5	247,4	248,7	245,2	249,6
<b>Brasil (8º/9º EF-Port.)</b>	231,8	234,6	244,0	252,8	243,9
<b>Brasil (4º/5º EF-Port.)</b>	182,4	193,5	204,3	190,6	211,2
<b>Brasil (4º/5º EF-Mat.)</b>	172,3	175,8	184,3	209,6	195,9
<b>BRASIL (3º EM-Mat.)</b>	271,3	272,9	274,7	268,6	269,3
<b>BRASIL (3º EM-Port.)</b>	257,6	261,4	268,8	274,8	263,2

Fonte: b/ (2013).

A fase final da Educação Básica no Brasil é o Ensino Médio, com duração mínima de três anos (LDB/1996, Art. 35), com oferta preferencial à população de 15 a 17 anos. Devido à defasagem de idade-série nessa etapa de ensino, as matrículas abarcam um contingente muito maior de pessoas e atendem significativa parcela da população de 18 e 19 anos.

Para compreender a Reforma do Ensino Médio, é necessário que se aclarem as abrangências, preenchendo o discurso e lacuna para que as intencionalidades decorrentes de interesses e visões particulares de mundo, como coloca Kuenzer, (2017) próprias das diferentes posições de classe, venham à tona, e assim se possa exercer o direito de escolha por possíveis históricos que são necessariamente contraditórios, dentro dos limites da democracia possível.

Através do processo de democratização da educação, os jovens de setores populares tornaram-se o grande público do Ensino Médio. Muitos chegam à escola sem estímulos pessoais e familiares, e sem reconhecer a utilidade social dos diplomas, não encontrando, em diversas situações o sentido dos conteúdos

ensinados, no papel do conhecimento e na garantia de expansão do seu capital cultural.

No Brasil, o atual quadro da realidade do Ensino Médio tornou-se pauta dos estudos em educação. Compreende-se que a expansão do Ensino Médio se estrutura dentro de um cenário constituído pelas recentes políticas educacionais, pelas decorrências das avaliações externas, pela carência de docentes e, ainda, pelas políticas de formação de novos profissionais, associados às demandas dos jovens brasileiros. (MARTINS, 2017).

O Ensino Médio, como última etapa da Educação Básica tem sido objeto de discussão em diferentes espaços da sociedade. Embora tenha ocorrido um aumento considerável de matrícula nessa etapa de ensino. (SOARES e CORSO 2014). Observa-se atualmente distorções físicas, logísticas e estratégicas que não correspondem aos aspectos teóricos que fundamentam uma proposta de reformulação do Ensino Médio em tempo integral.

Na visão de Soares e Corso (2014) dentre os diversos desafios apontados para o Ensino Médio, ganha destaque a superação da dualidade curricular, a necessária ampliação da oferta, o enfretamento da evasão escolar, a diminuição das taxas de abandono e reprovação. A inserção do Ensino Médio no campo da Educação Básica e o seu caráter progressivamente obrigatório demonstram o reconhecimento da relevância política e social que ele possui.

Para Krawczyk, (2017) o Ensino Médio por ser os últimos anos da Educação Básica, talvez seja os mais discutíveis, o que traz algumas dificuldades de serem sanadas no momento de definir políticas para essa etapa da escolarização. Na visão de Nogueira e Catani (2015) é uma realidade cambiante e complexa, sobre o currículo como um espaço de disputa entre diferentes setores sociais que afluem pela assimilação da parcela do conhecimento socialmente produzido, e entre diferentes grupos profissionais, pelo seu potencial de ampliação da inclusão no mercado de trabalho.

O cenário atual das políticas públicas para o Ensino Médio, é um marco importantes para a compreensão dessa abordagem histórica, o entendimento da educação secundária adotada através de uma perspectiva histórica, alternada entre três funções; a formativa, a propedêutica e a profissionalizante, achadas nas diferentes políticas educacionais que regeram esta etapa da educação desde a sua criação (CURY, 1998).

Ao longo do tempo, o dualismo social assinalado pela diferença entre classes foi cada vez mais sendo citado pela escola com a organização de uma educação profissional análoga ao ensino secundário. A função formativa para o Ensino Médio aparece depois com a tentativa de equiparação do ensino profissional ao ensino secundário. No entanto, na educação quatro aspectos de políticas públicas exemplificam a influência do Estado na agenda nacional. São elas: as políticas de currículo, as políticas de avaliação, as políticas de valorização e as políticas de financiamento educacional. Há outras políticas que poderiam ser classificadas, mas essas supracitadas traduzem o que há de mais latente na reconstituição da educação brasileira a partir de uma lógica do mercado. (MOCARZEL, ROJAS e PIMENTA 2018).

A concepção de Ensino Médio formativo desvinculado do ensino profissional traz uma visão conservadora da formação profissional-técnica limitada ao atendimento imediato do mercado, sem considerar a formação humana integrada à dimensão do trabalho. Além disso, tem pouca colaboração para o fim do dualismo estrutural e social do sistema escolar brasileiro.

Corroborando os pensamentos de Cury, (1998) manter a lógica elitista e seletiva, mesmo com a abertura de seu processo de expansão é garantir as formas de ensino profissional, principalmente com a proibição do Ensino Médio integrado, quanto à formação propriamente técnica ainda é assinalada por fortes preconceitos, sendo vista como meros prêmios de consolação destinado aos menos favorecidos.

De acordo com Gomes, Vasconcelos e Coelho (2018) as novas diretrizes do Ensino Médio rompem com a compreensão estabelecida no Brasil nos últimos anos sancionado pelo Conselho Nacional de Educação, que o Ensino Médio deveria ser abarcante, alcançando 13 ou mais disciplinas obrigatórias, e igual para todos.

As Leis nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN e nº 10.172/2001 e o Plano Nacional de Educação – PNE, demonstram redução normativa do Enem. Efetivamente, por um ângulo normativo, há como se ultimar a complexidade do processo educacional no País, o qual demandou a referida regulação como meio de garantia da ação governamental, tornando-se hoje política pública institucionalizada. (QUINALIA et al., 2013).

De modo particular, é dada a devida importância para os objetivos almejados pelo Governo – do desenvolvimento do País –, a base normativa foi o meio expresso para a sua evolução. Acontece que a ação governamental acerca de um ato

administrativo voltado a educação como desenvolvimento do País, veio justificada no Plano Nacional de Educação – a Lei nº 10.172/2001, nos seguintes termos.

A instalação da República no Brasil e a formulação das primeiras ideias de um plano que abordasse a educação para todo o território nacional ocorreram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se expandia, a educação começava a se impor como condição essencial para o desenvolvimento do País. Havia grande preocupação com a formação nos seus diversos graus e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as reformas educacionais, contribuíram para amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional. (BRASIL, 2010, p. 15).

No entanto, o ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio veio com o caráter voluntário e como uma ferramenta de apoio para o processo de seleção profissional, assim como, para a continuidade da formação escolar, enquanto modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios ou ao Ensino Superior.

De acordo com Quinalia (2013) após sucessivas edições, o ENEM passou adotar as feições de uma verdadeira política pública. O avanço progressivo do número de participantes e a repercussão positiva dos resultados junto à sociedade permitiram que se fizesse novo uso dessa política pública, analisando que o Estado pode ter um controle mais amplo sobre os sistemas de ensino público e privado, podendo desenhar panoramas comparativos, inclusive por cada região do país.

Um dos elementos que estimularam o crescimento do número de inscritos foi a gratuidade de inscrição, para os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da escola pública, para os que concluíram o supletivo nos 12 meses anteriores à data da inscrição, e para os concluintes e egressos do Ensino Médio que se declararem com baixa renda.

Essa primeira adequação do paradigma é resultado de uma avaliação da política pública que pode ser considerada, de grande relevância para a construção da estrutura educacional, a comunhão das ideias e os debates nacionais e mundiais sobre as formas do desenvolvimento educacional.

### **3.4 A Medida provisória 746 de 22 de setembro de 2016**

Em 22 de setembro de 2016, o Governo Federal, encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 746/201, responsável pelo o novo Ensino Médio em

Tempo Integral. O principal texto da Medida Provisória 746/2016 prevê a mudança do currículo e da carga horária do Ensino Médio, visando atenuar a evasão escolar e ampliar o interesse dos jovens pelas aulas, já que poderão definir logo no primeiro ano do Ensino Médio sua área de interesse.

Desde os primeiros momentos do Governo Federal, após o impeachment, foi apresentado à sociedade as mudanças sob uma ótica do desenvolvimento atrelado ao capital. Em um cenário de intensas mudanças se encaixou a aprovação, em fevereiro de 2017, da Lei nº 13.415/2017, originada da Medida Provisória 746/2016, em que foi apresentada uma nova proposta curricular para o Ensino Médio por meio da implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BODIÃO, 2018).

A Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, teve seu fomento na Política de promoção à prática de Escolas de Ensino Médio em tempo integral, alterando a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 11.494/07, que assegura o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. A Medida Provisória nº 746 /2016 teve como o seu princípio de mudanças, os principais aspectos:

Alterou a estrutura do Ensino Médio, última fase da Educação Básica, por meio da concepção da política de fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e ampliou a carga horária mínima progressivamente, para 1.400 horas;

Determinou a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do Ensino Médio, e restringiu a obrigação do ensino da Arte e de Educação Física à Educação Infantil e ao Ensino fundamental, contornando-as as optativas no Ensino Médio;

Tornou obrigatório o ensino da Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e nos currículos do Ensino Médio, deixando optativo neste caso, a oferta de outras línguas preferencialmente o espanhol, e a concessão para que o currículo cursado no Ensino Médio seja aproveitado no Ensino Superior;

Cedência do Currículo do Ensino Médio o qual é composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por percursos formativos específicos definidos em cada modelo de ensino e com ênfase nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da natureza, Ciências humanas e formação técnica e profissional;



Liberdade das instituições de ensino para decidir a estrutura das áreas de aprendizagens, as competências, habilidades e perspectivas de conhecimento definidas na BNCC. Além da capacidade de contratação de profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos modelos de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua especialidade ou experiência profissional, atestados por titulação específica.

Segundo Bodião, (2018) o Ensino Médio, uma vez instituído, constituiu uma escolarização para poucos, capacitando-os para os exames seletivos dos cursos superiores e quando aos filhos dos trabalhadores foi ofertada essa oportunidade, ela veio configurada com o objetivo profissionalizante, voltando-se à legislação que elaborou a primeira extensão do Ensino Secundário, já no final da primeira fase do século XX. Ampliação da jornada do Ensino Médio não significa formação integral, para se pensar em uma sociedade mais justa, é preciso que haja uma formação omnilateral.<sup>3</sup>

A formação é resultado das relações sociais e de produção, a escola é um espaço institucionalizado onde existe parte dela, é obra de tais relações. Na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas, ancoradas na ciência, na técnica e na tecnologia, sob o domínio do sistema capital, a escola vem tornando-se fundamental à sociabilidade humana. Por isso, seu caráter clássico agudiza-se a necessidade de valorização do capital, a partir da propriedade privada dos meios de produção, demandando uma separação entre trabalho intelectual e manual como estratégia de subordinação, tendo em vista a valorização do capital.

Percebe-se então “uma clara associação ao pensamento em torno do indivíduo apontando para uma formação intelectual que abranja todas as dimensões da vida social intelectual e cultural. ” (KASEKER e SANSON 2016 p. 15). Ainda que na educação brasileira atual essa perspectiva formativa existe como possibilidade teórica e ético-político o Ensino Médio precisa de uma base curricular que oferte a formação para todos.

Segundo Gonçalves (2017) a reforma do Ensino Médio colocada pelo governo foi uma surpresa a toda a sociedade, por meio da Medida Provisória 746/2016, o povo

---

<sup>3</sup> Omnilateral. Um pensamento marxista que defende que o homem deve se sentir completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho. Marx refere-se ao termo como uma formação humana oposta à formação unilateral, que por sua vez, é provocada pelo trabalho alienado, pela divisão do trabalho, pelas relações burguesas. Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br>. Acesso em 14/12/18.

brasileiro tomou conhecimento das reais mudanças que estavam sendo postas para essa etapa da educação brasileira sem tomar conhecimento delas antes.

O fato da proposta ter sido por meio de Medida Provisória evidenciou a postura antidemocrática do governo, pois não foi dada a vez do diálogo e da discussão, uma vez que a medida teve efeito imediato, sendo aprovada pelo Congresso Nacional em 120 dias. Para melhor compreensão da reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória 746, é relevante analisá-la junto com o documento de Exposição dos Motivos n. 00084/2016/MEC, assinado pelo ministro da Educação no qual o MEC apresenta as razões da mudança.

Em consenso com Frigotto, (2017) fica claro as intenções do Ministério em melhorar o desenvolvimento dos estudantes nos exames externos e atender as orientações dos organismos internacionais com a preparação de mão de obra. Na Exposição de Motivos, o Ministério da Educação fomenta que o Ensino Médio não cumpre a função social estabelecida na LDB, bem como seu currículo não discute com estudantes o setor produtivo.

Para Carvalho e Picoli (2012) o esforço da sociedade colabora para uma percepção mais aberta da realidade educacional, o que nos faz capaz de perceber que as adversidades educacionais não se esgotam no campo da prática pedagógica e também compreender por que a educação assume papéis históricos diferenciados.

Para Gonçalves (2017) compreende-se que há deficiências na oferta do ensino, sendo necessário repensá-lo a partir de práticas mais inovadoras, que acatem as atuais características das crianças e jovens que nasceram na era tecnológica, porém, o plano do Estado não adentra essas questões, que submergem diretamente as condições de oferta dessa fase da educação brasileira, as escolas públicas, em sua grande maioria atingidas e com péssima infraestrutura.

Diante da justificativa do MEC, apenas 58% dos jovens brasileiros estão na escola com idade certa no ciclo de escolarização. Para Oliveira (2016) em 2013, a Lei nº 12.796, alterou o artigo 4 da LDB, e definiu a obrigatoriedade da Educação Básica e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

A influência da forma de produção nas políticas sociais e educacionais não é algo novo. O capitalismo, a cada colapso econômico, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implantadas reformas em diferentes esferas da sociedade. (GONÇALVES, 2017). Assim, a lógica do mercado se conglomera no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança.

Os discursos que aceiram sobre o Novo Ensino Médio nos expõem à concepção de educação tecnicista. Saviani (2008), já defendia os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade e o papel da escola na preparação de indivíduos eficientes para o crescimento da produção social, vinculado ao rendimento e capacidades de produção capitalistas. O modo como se destacou a formação técnica e profissional apresenta o retorno da visão da educação em uma perspectiva pragmática.

Nos últimos anos, têm-se colocado esforços para pensar a educação profissional em uma concepção que articule a formação propedêutica<sup>4</sup> à capacitação profissional, de modo a romper com a visão tecnicista e pragmática, cujo auge se deu na década de 1970.

Krawczyk (2014) e Freitas, (2016) afirma que a sugestão de flexibilização do currículo do Ensino Médio e sua relação com o campo de trabalho vem sendo defendida pelos grupos empresariais há algum tempo. Entretanto, os reformadores empresariais pautam-se no discurso de que o currículo não traz atração aos estudantes; na crescente evasão no ensino; e dos péssimos resultados alcançados pelas avaliações externas.

Para Gonçalves, (2017) o discurso da flexibilização na Reforma do Ensino Médio se potencializou como uma grande astúcia, pois o Ministério da Educação afirmou que a proposta era flexível e que os sistemas escolares poderiam implementá-la de imediato, mesmo ainda não estando aprovada a BNCC. Fica evidente que embora a intenção da reforma fosse avançar o ensino, mas faltou reflexão sobre tal situação que mudou o quadro educacional do País.

Corroborando com Moll (2012) à proposta de escola em tempo integral, apresenta-se duas preocupações. A primeira é voltada à realidade econômica dos Estados brasileiros, não há investimento nas escolas públicas estaduais que sanem sérios problemas de infraestrutura, tendo, inclusive, em alguns Estados, o atraso ou o parcelamento no pagamento do salário dos professores.

A segunda preocupação está relacionada com a ideia de tempo integral presente na legislação e no discurso das series do MEC. Nos últimos anos, o Brasil avançou muito no discurso sobre educação integral, defendendo uma visão que

---

<sup>4</sup> Propedêutica é um termo utilizado para tratar das etapas iniciais e introdutórias no processo de aprendizagem. Sua origem vem do termo grego *propaideutikós*, que significa “relativo à instrução, instrutivo”, onde é possível perceber a referência da ideia de ensino. Fonte: <https://www.significados.com.br>. Acesso em 15/12/18.

considera os estudantes em suas multidimensões e que oportunize uma formação voltada para todas as aparências do desenvolvimento humano, não pautada apenas na dimensão cognitiva. A educação integral vem de longas datas, com a experiências do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira, em Salvador, em 1950, também conhecido como Escola-Parque; porém, desde 1931, Anísio já tinha um discurso de escola que viesse a ensinar a viver melhor, promovendo o progresso individual através dos cuidados com a higiene, e com os hábitos de leitura e estudo, criticidade e conhecimento. (CAVALIERI, 2000).

Pinho e Peixoto, (2017) colocam que nas décadas de 80 e 90 Darcy Ribeiro inspirado na experiência de Anísio Teixeira, criou os Cieps, Centros Integrados de Educação Pública, no Rio de Janeiro. As concepções administrativas e pedagógicas dessas instituições aspiravam, o projeto original, promovedor de um salto de qualidade na educação fundamental do estado.

Em 1996, o discurso sobre a Educação Integral ganha dimensões com a LDB 9394/96, pautando à flexibilidade quanto à organização do ensino público, a lei apontou um novo horizonte da política educacional o crescimento progressivo da jornada escolar, e a valorização de ações educacionais para além do currículo padronizado e a cogente articulação entre escola e sociedade.

A LDB, e o ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, além da própria Constituição compõem a legislação que dispensam atenção no sentido de fortalecer a concepção da educação como direito social fundamental, até que em 2007, com o Decreto 7.083, o Governo Federal foi instaurado o Programa Mais Educação como uma estratégia para implantação da Educação Integral nas escolas públicas brasileiras. (PINHO e PEIXOTO, 2017).

O programa foi posto pelas Portarias Normativas Interministeriais nº 17 e 19, de 24 de abril de 2007 tendo como objetivo central excitar a educação integral por meio do apoio a atividades socioeducativas no contra turno escolar.

[...] a educação integral qual se fala aqui pode ser compreendida como um elemento de diálogo e troca entre os saberes de escolas e comunidades. Uma educação integral equilibrada a partir de um conceito de integralidade, que supere termos como contra turno e atividades complementares, bem como saberes escolares e saberes comunitários. (BRASIL, 2007, p. 14).

O desenvolvimento da Educação Integral só será permanente se a proposta pedagógica for composta por diferentes linguagens, em uma perspectiva integrada, visando o aprimoramento de saberes e o fortalecimento de habilidades e competências. Para isso, “é imprescindível promover a construção/reconstrução do Projeto Político Pedagógico –PPP, de modo coletivo e compartilhado, potencializando os e saberes que os estudantes, as famílias e a comunidade trazem para a escola.” (BRASIL, 2015, p. 4).

O diálogo entre os diferentes saberes, deixa claro as intencionalidades e expectativas de aprendizagem, acolhendo aos interesses dos estudantes e da comunidade e ampliando os repertórios. A proposta de Educação Integral vem de acordo com a multidimensionalidade e contextualização do saber que forma o caráter de um novo paradigma para responder aos desafios da globalização e da complexidade na vida cotidiana em todas as suas ordens.

Segundo Morin (2002), uma educação só pode ser viável se for uma educação que valorize o ser humano em todas as suas dimensões, uma educação que se dirige à totalidade aberta ao conhecimento do indivíduo. Morin propõe aspecto sobre a relevância de se criar espaços dialógicos, criativos, reflexivos e democráticos, formais ou não-formais, capazes de viabilizar o aparecimento de práticas pedagógicas pautadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social.

Em consenso com Eeal (2015, p. 37) “a proposta pedagógica deve haver o aproveitamento dos momentos de atividades específicas da escola de tempo integral: almoço, banho, descanso como probabilidades educativas”. Nesse contexto, é perceptível o movimento da escola na direção certa, a mesma deve ter um currículo padrão e consciência do caminho que quer seguir.

Quanto à avaliação da aprendizagem, a proposta deve demonstrar coerência com o discurso da educação integral, e deverá abranger o indivíduo na sua constituição e compreensão integral e holística propondo uma avaliação que, na prática, deve corroborar o nível de conhecimento relativo, todos os aspectos e potencialidades da vida social.

O processo avaliativo não deve apenas ser classificatório, o mesmo deverá buscar formas contínuas e diversificadas, para o desenvolvimento e as conquistas do indivíduo como parte da comunidade, e a sua aprendizagem como plenitude humana e contextualizada socialmente. (PINHO e PEIXOTO, 2017).

Diante disso, espera-se que a Medida Provisória 746/16 possa atingir a proposta da Educação Integral, dado ao seu modelo diferenciado de organização, como projeto viável para a ampla formação do ser humano em suas diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, social e ética. E possa dar respaldo aos desafios da complexidade, a religação dos saberes e inclusão nos processos do ensino e da aprendizagem dos jovens do Ensino Médio.

Para Gonçalves, (2017) o discurso da flexibilização na Reforma do Ensino Médio se potencializou como uma grande astúcia, pois o Ministério da Educação afirmou que a proposta era flexível e que os sistemas escolares poderiam implementá-la de imediato, mesmo ainda não estando aprovada a BNCC. Fica evidente que embora a intenção da reforma fosse avançar o ensino, mais faltou reflexão sobre tal situação que mudou o quadro educacional do País.

### **3.5 Os desafios de Médio implantação do novo Ensino**

Compreender o trajeto da Educação Básica no Brasil é um artifício essencial da instauração docente. Com isso, é relevante uma contextualização no ambiente econômico, social e político, retomando brevemente o marco da educação no país.

Segundo Costa, (2013) o Ensino Médio no Brasil foi implantado com intuito de preparar o aluno para o ensino superior. A natureza estritamente propedêutica e com oferta limitada perdurou até 1930, quando se instalou no País a precisão de impulsionar o avanço nacional e, com ele, a escolarização atrelada à profissionalização.

A princípio a reforma do Ensino Médio, é vista como um grande desafio trazido ao público pela Medida Provisória n. 746/2016, a qual materializou a Lei 13.415. (BRASIL, 2017). A mesma postergou a desconfiança de diversos gestores de instituições públicas e privadas, inicialmente pela falta de entendimento de sua real intenção. Em outra ótica, acredita-se que a proposta foi elaborada na tentativa de o governo de criar uma agenda propositiva, para escamotear os escândalos envolvendo o seu primeiro escalão. (MOCARZEL, ROJAS e PIMENTA, 2017).

A nova reforma substitui um padrão no qual os estudantes cursam 13 disciplinas obrigatórias por uma organização supostamente mais flexível, na qual teriam a oportunidade de direcionar a formação para suas áreas de interesse. Além

disso, terão aumento progressivo das horas/aula por ano, com a ênfase na educação em tempo integral.

Por mais que esteja envolta de uma grande urgência, diante da crise atestada pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica –Ideb de 2015, a reforma não chegou às escolas antes de 2018. Dos três níveis que formam a Educação Básica, o Ensino Médio é o que tem apresentado os piores resultados, com baixos níveis de aprendizagem, elevadas taxas de evasão e um ritmo de melhoria da qualidade, tomando como parâmetro o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -Ideb. Em 2015, o Ideb do ensino médio no país foi 3,7 (ante uma meta de 4,3) e permanece com tendência à estagnação desde 2011. (BRASIL, 2017).

De acordo com o texto da Medida Provisória (Artigo 40), o novo modelo curricular foi implementado no segundo ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular –BNCC. Assim, a implementação da MP estar vinculada à aprovação da BNCC e a transforma num instrumento inócuo sobre o currículo do Ensino Médio até que as novas normas curriculares sejam efetivadas.

A reforma possui dois eixos: a implementação progressiva da jornada em tempo integral no Ensino Médio, totalizando 1.400 horas/ano em lugar das atuais 800 horas anuais, e a organização do currículo de modo a contemplar cinco ênfases ou itinerários formativos: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissionalizante.

A primeira mudança observada, a qual pode ser encarada como um grande desafio apontado no texto da Medida Provisória 746/2016, é à mudança de carga horária do Ensino Médio. De acordo o texto, deverá haver uma ampliação progressiva da permanência do aluno na escola, entevendo ao final a carga horária de 7 horas diárias.

Essa ampliação tem diferentes impactos entre as escolas públicas e as privadas. Nestas, talvez a situação proposta tenha um impacto positivo direto, na medida em que acrescentarão os valores de suas mensalidades e poderão, a partir da mudança do artigo 318 da Consolidação das Leis do Trabalho trazida pela lei. (BRASIL, 2017) dispor dos mesmos profissionais em mais de um turno.

Obvio que o aumento das mensalidades fará com que algumas famílias não possam mais arcar com as despesas das escolas privadas. (MOCARZEL, ROJAS e PIMENTA, 2017). Na escola pública, a realidade é mais complexa. A norma jurídica apresenta-se como uma questão pertinente aos gestores, gestores dos sistemas de

ensino e também para as escolas, os quais terão que reorganizar espaços, fazer orçamento para construir mais salas, contratar mais professores, comprar mais merenda escolar, ainda que no final, o resultado possa ser positivo ou negativo.

As iniciativas devem ser tomadas e os desafios devem ser enfrentados e contornados. Cada Estado terá sua particularidade em relação a isso e será fundamental a troca de experiências entre todos para que se crie uma rede de colaboração mútua.

Outro trecho que condiz aos desafios diz respeito aos currículos de acordo com Brasil, (2017 p. 15):

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

De acordo com Brasil (2017 p. 13) os principais desafios do Novo Ensino Médio definidos na Base comum curricular são:

Definir os itinerários formativos a partir da capacidade instalada, a demanda dos estudantes e os arranjos produtivos locais;  
 Adequação da carga horária dos docentes e de sua formação em função do remanejamento necessário para implementação dos itinerários;  
 Desafio dos municípios com baixo número de escolas e turmas para implementação dos itinerários formativos;  
 Adequação e revitalização da infraestrutura física para implementação de laboratórios direcionados a cada itinerário;  
 Garantir equidade de oportunidades e mobilidade entre as escolas de Ensino Médio;  
 Complexidade de articular parcerias para oferta do ensino técnico e outros itinerários formativos;  
 Recursos e infraestrutura adequada para implementação das escolas de Ensino Médio em tempo integral.

Os desafios levantados colocam os gestores e professores das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral em uma situação complexas, sendo que há necessidade sobre a autonomia para a inclusão do novo sistema de ensino respondendo as demandas da própria comunidade escolar para a promoção do ensino, bem como exige a nova reforma do Ensino Médio.



### **3.6 Os desafios da formação docente para atuação no novo Ensino Médio**

O cenário atual da educação brasileira, um dos temas mais debatidos é a formação docente, vista como um dos pontos-chaves para elevar o nível da educação no país, mediante os inúmeros questionamentos sobre a qualidade do sistema educacional brasileiro. (GUEDES e SANCHEZ, 2017). Ao longo das últimas décadas, tem crescido o índice de mobilizações, fóruns de debates, dentre outras iniciativas que procuram contribuir para uma formação de professores mais preparados política e pedagogicamente para lidar com a diversidade de saberes, avanços científicos e tecnológicos e com a velocidade das mudanças no conhecimento.

Quando se fala em formação de professores, a primeira ideia que nos vem à mente é a formação para a docência na Educação Básica, Educação Infantil, que é a base, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nessa concepção podemos perceber o quão complexo que se apresentam as possibilidades e os desafios enfrentados pelos professores.

A tarefa de educar implica opções éticas, professores comprometidos e preocupados com os resultados de tudo aquilo que se propõe construir na vida do aluno. Acredita-se que as transformações atuais estão propagadas pelos teóricos contemporâneos, e representa um grande desafio para os docentes do Ensino Médio, pois, se espera deles, um envolvimento mais abrangente nos processos de ensino-aprendizagem.

Para Morin (2008) o Ensino Médio é um direito social de cada indivíduo, este é dever do Estado manter e ofertar gratuitamente para todos. Essa modalidade de ensino, ainda precisa superar o caráter enciclopédico, dualista, fragmentado e hierarquizante de um currículo tradicional que não dá conta da nova realidade, necessidades e expectativas dos estudantes.

Nas escolas de Ensino Médio chegam jovens com características cada vez mais diversificadas em relação às gerações anteriores. Como afirma Melo (2016), foram diversas as tentativas ao longo das décadas para a compreensão do verdadeiro objetivo do Ensino Médio e muitas foram às propostas políticas.

Kuenzer (2010) frisa que ao universalizar o Ensino Médio com atributo social requer ações que visem a inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial.

Um dos amplos desafios a serem superados na formação de professores é erradicar a ideia de um padrão único de ensino. Para Araújo e Yoshida (2016 p. 16) “nada está pronto”. Este é um momento no processo de redefinição da profissão e do entendimento da prática.

E para essa redefinição, é necessário ficar atento as transformações que estão sendo exigidas do profissional da educação, estar apto aos conhecimentos que se determina nesta área que é fundamental para o vínculo da profissão e para a própria sobrevivência do educador, existe a penúria de inovar e criar novos modelos de aprendizagem sempre. A Reforma do Ensino Médio, expressada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, direcionou um conjunto de mudanças para a formação dos discentes, e o currículo escolar, conseqüentemente, projetou mudanças para a formação dos docentes que atuam nessa etapa da Educação Básica.

O principal objetivo da reforma foi relacionar o conteúdo da Lei nº 13.415 com tendências para a formação e carreira de professores. (BRASIL, 2017). A Reforma foi constituída num cenário em que as contradições e disputas se formularam no contexto nacional para além das disputas internas traçadas no Congresso Nacional. Em fevereiro de 2017, a MP 746/2016 após o seu texto original passar por algumas mudanças, se transformou na Lei nº 13.415.

O conjunto de reformas educacionais do Governo Federal em 2016 parte do Ensino Médio como uma condição estratégica para provocar reformas nas demais etapas da Educação Básica e provocar reformas nas políticas de formação de professores, no sentido de adaptar os cursos de licenciaturas às reformas subsequentes. Para definir esse pressuposto o Art. 35, inciso I, da LDBEN nº 9.394/96, o qual atribui ao Ensino Médio o caráter final da Educação Básica, consolida e aprofunda os saberes adquiridos no Ensino Fundamental, ofertando a continuidade dos estudos.

Logo, inicia-se um conjunto de reformas pelo Ensino Médio demandando na sequência, uma Reforma no Ensino Fundamental e na formação de professores que atuam no campo da Educação Básica. Compreende-se que os professores possuem conhecimentos que possibilitem a articulação de sua prática pedagógica pelo viés progressista, o que não é tão simples. Na definição proposta por Tardif (2013), vários são os saberes que compõem a prática docente: saberes da formação profissional,

disciplinares, curriculares e os saberes experienciais, constituindo-se um saber plural na prática educativa.

Observa-se que eles não podem nem devem ser construídos em base de experiências do dia a dia, pois a ação do professor deve ser vista na perspectiva da totalidade o que engloba o saber, o fazer e o ser. O professor deve organizar o conhecimento prático associado ao conhecimento teórico, transferir meramente o que se sabe, a prática pela teoria baseada na experiência.

Diante disso, cabe elencar que os professores não conseguem sozinhos serem os responsáveis pela construção e materialização destas práticas integradoras e progressistas. Como frisa Ubanetz (2012), os fundamentos da sociedade capitalista e a divisão social do trabalho reflete na proposta de formação de professores formando uma clara distinção entre aqueles que pensam os saberes pedagógicos.

#### **4 METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de pesquisa qualitativa estudo. Este modelo de abordagem científica não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, professores, gestores e alunos, e demais agentes envolvidos no processo educativo da instituição escolar. A primeira etapa da pesquisa constituiu em uma revisão bibliográfica sobre as reformas do Ensino Médio brasileiro, atual cenário educativo no Brasil, a Medida provisória 746 de 22 de setembro de 2016, os desafios de implantação do novo Ensino Médio e os entraves da formação docente para atuação no novo Ensino Médio.

Pizanni et al., (2012) afirma que a revisão bibliográfica é classificada como um estudo literário narrativo, indispensável em qualquer investigação, é entendida como levantamento de fontes consistentes, e a reavaliação de autores a respeito das principais teorias que norteiam o trabalho científico. Esse método de pesquisa chama-se de levantamento bibliográfico ou acerto da literatura.

Como escolha da ferramenta de pesquisa, utilizado neste estudo qualitativo, onde foram feitas as buscas e instrumentos de investigação que permitiram expressar de forma clara a opinião/entendimento dos professores e alunos, (os sujeitos alvos do estudo) a respeito do Novo Ensino Médio em Tempo Integral.

## 4.1 Instrumentos Coleta dos Dados

Para este estudo optou-se por questionários abertos e individuais e coletivos, como um meio natural de compreensão da investigação qualitativa, o que permite e obriga desenvolver uma investigação não estruturada, além de cambiar e reformular as suposições ou hipóteses. (GIL, 2010). A investigação foi realizada com professores e alunos da cidade de Pinheiro/MA, no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli.

Os questionários foram aplicados em duas etapas: a primeira destinou-se as questões a maior quantidade possível de docentes e gestores, porém só 04 professores se disponibilizaram a responder, e enquanto a gestão não foi possível obter uma comunicação precisa, pois a mesma não respondeu aos questionários.

Cada questionário conteve dez perguntas subjetivas (Apêndice II), com o objetivo de saber o quão os professores já conhecem sobre a reforma e qual o posicionamento dos mesmos sobre a temática. O segundo momento da aplicação do questionário foi entre os alunos, estes demandaram um público de 15 alunos, todos se empenharam em colaborar com as questões (Apêndice III).

A aplicação dos questionários permitiu a percepção da comunicação não verbal, onde várias informações foram acatadas sendo úteis para obtenção dos resultados desejados ao termino do estudo. Além disso, o estudo ainda pretende avaliar a estrutura física e o currículo para a implantação do Ensino Médio, e se relacionar com a capacidade demandada para suportar o ensino em tempo integral na escola CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli.

### 4.1.1 Área de Estudo

Pinheiro é uma cidade do Estado do Maranhão, localizada na microrregião ocidental da Baixada Maranhense, e a mesorregião do Norte do Maranhão, estima-se uma população de 81.924 habitantes, segundo estimativa do IBGE em (2017), e área de 1.559 km<sup>2</sup>. O município limita-se ao norte, com os municípios de Santa Helena e Central, ao Sul com Pedro do Rosário e Presidente Sarney, ao leste com Bequimão, Peri Mirim, Palmeirândia e São Bento e, a oeste, com Presidente Sarney e Santa Helena. (IBGE, 2016). A educação pública do Município de Pinheiro, destaca-se o Colégio José de Anchieta, CAIC, Escola Semente do Saber, U.E.Odorico Mendes,

Instituto de Educação de Pinheiro – IEP, Escola Agostinho Ramalho Marques e CEIN- Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, o qual foi campo para este estudo.

A referida escola é uma instituição pública e pertence a rede estadual de ensino. No ensino básico privado também possui o tradicional Colégio Pinheirense, a filantrópica Fundação Bradesco e no âmbito público tecnológico Federal e Estadual destaca-se o Instituto Federal do Maranhão- IFMA. No Ensino Superior, o campus da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, e a Universidade Federal do Maranhão-UFMA oferecendo diversos cursos como Ciências Naturais, Medicina, Enfermagem e Pedagogia. O município conta com o Hospital Regional da Baixada Maranhense Dr. Jackson Lago, especializado no atendimento médico-hospitalar, recebendo pacientes de média e alta complexidade da região.

Apresenta topografia variável, com campos altos e baixos e cobertura vegetal de matas, cerrados, chapadas e cocais. O clima de Pinheiro é tropical, quente e úmido, sendo que a zona da chapada oferece clima mais ameno. As estações do ano: secas e chuvosas. Sua principal fonte hídrica é o Rio Pericumã suas águas são utilizadas para o abastecimento da população após serem tratadas pela CAEMA, e delas são retirados os pescados, fonte principal de alimentação Pinheirense. Com a elevação do nível do rio (Pericumã) uma vasta área alaga permitindo a prática do ecoturismo, atividade ainda pouco explorada na região. (IBGE, 2016).

FIGURA. 1-Localização do município de Pinheiro - MA.



Fonte: IBGE, 2016.

O CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, está localizado na Avenida 21, quadra 4, nº 43, no Bairro João Castelo, no Município de Pinheiro MA. O mesmo foi construído por iniciativa do Pinheirense Antônio Carlos Beckman, então secretário de Educação do Estado do Maranhão, do governo João Castelo inaugurado em 31/07/1984.

O educandário recebeu o nome Dom Ungarelli em homenagem ao bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, grande promissor da educação em Pinheiro (UNGARELLI, 2014). Sendo a primeira escola de Ensino Médio do município, pertencente à rede oficial de ensino do estado, a escola Dom Ungarelli iniciou suas atividades com apenas duas turmas do curso de Educação Geral, funcionando no turno Noturno, com 47 alunos matriculados.

Em 2011, a escola ofereceu o Ensino Fundamental (6<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>. séries) e o Ensino Médio (1<sup>a</sup>. a 3<sup>a</sup>. séries), contando com um contingente de alunos 1.850, na sede, distribuídos nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno, além de contar com mais quatro anexos, situados nos povoados Pacas e Bom Viver, e nos Municípios de Presidente Sarney e Pedro do Rosário. Nos últimos anos, a escola tem desenvolvido uma proposta pedagógica voltada à formação plena dos educandos, incentivando, por exemplo, a prática de esportes e desencadeamento de projetos de ensino. Atualmente a escola atende só o Ensino Médio, de 1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup> Série. Em 2017 passou a integrar o Ensino Médio em Tempo Integral.

A escola é construída de alvenaria, possuem 12 salas de aulas todas climatizadas, sala dos professores, coordenação pedagógica e laboratórios de informática e ciências. Há uma sala para a direção da escola, uma sala para secretaria, sala de apoio pedagógico, uma biblioteca e uma sala de vídeo.

A escola possui também depósito para materiais de limpeza, cozinha onde é preparada a merenda escolar e um refeitório aonde é servido o lanche, e as refeições dos alunos. Convém lembrar que a mesma precisa passar ainda por várias adaptações para suprir as necessidades dos alunos, principalmente em relação ao refeitório. Os banheiros também precisam de uma revitalização em sua estrutura, para que os alunos passem o dia na escola com melhor comodidade. A escola possui quadra de esporte coberta onde são realizadas as atividades esportivas.

Atualmente o quadro de funcionários conta com, (01) gestora, e (01) gestor adjunto (01) secretárias, (02) zeladoras, (03) serventes, quatro (04) vigilantes, (01) coordenadora pedagógica, (01) orientador educacional, adjunto e (56) professores

distribuídos no Ensino médio, dentre eles (13) no Ensino Médio Integral. Possui 857 alunos, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno, entre os 150 fazem parte do novo Ensino Médio, que são alunos ingresso no ano de 2017, na primeira série do Ensino Médio Integral.

FIGURA 2-Área da frente do CEIN-Centro de Ensino Médio Integral Dom Ungarelli.



Fonte: própria

#### 4.1.2 Sujeitos da Pesquisa

- ✓ Professores, gestores e alunos do CEIN-Centro de Ensino Médio Integral Dom Ungarelli- Pinheiro – MA na modalidade integral.

#### 4.1.3 Critérios de Inclusão, não inclusão, Tamanho Amostral

Os critérios de inclusão estabelecidos para este estudo demandaram na aplicação dos questionários entre a gestão do CEIN-Centro de Ensino Médio Integral Dom Ungarelli, entre os professores, e alunos da 1ª série do Ensino Médio na modalidade integral.

E não inclusão: funcionários do setor administrativo, docentes e alunos da 2ª e 3ª série do Ensino Médio Regular e coordenação pedagógica.

O tamanho amostral deste estudo consistiu na escolha de indivíduos envolvidos no processo educativo, tendo como 13 professores, (só 04 responderam o questionário) 02 gestores (ambos não foi possível obter respostas) 15 alunos do Ensino Médio Integral, correspondente a um total de 32 sujeitos envolvidos.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Análise dos Questionários

#### 5.1.1 Entrevista com os professores e gestores

Para compreender o novo Ensino Médio em tempo integral, e os desafios de sua implantação no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli, Pinheiro – MA, foi necessário elaborar um questionário (Apêndice II e III) com questões abertas e objetivas para aplicação entre professores, gestores e alunos.

A primeira fase da aplicação do questionário ocorreu entre os professores da escola que trabalham no Ensino Médio Integral, conforme é demonstrado na tabela (2) a seguir.

Foi estendido as questões para os 13 professores, mais só 04 dos mesmos responderam. Em relação a gestão não foi possível a aplicação dos questionários, pois diante de inúmeras tentativas não foi possível nenhuma conciliação com seu horário de disponibilidade.

TABELA 2-Resultado da entrevista com os professores

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1-Qual a sua visão a respeito da proposta do novo Ensino Médio?	<p><b>Professor I:</b> essa nova proposta tem como objetivo a formação integral do estudante, pode demandar mais oportunidades aos mesmos.</p> <p><b>Professor II:</b> Ela oportuniza além da base nacional comum curricular a parte diversificada focada no seu projeto de vida.</p> <p><b>Professor III:</b> o aluno ao permanecer manhã e tarde na escola tem mais momentos de aprendizagem.</p> <p><b>Professor IV:</b> toda mudança traz e requer conhecimento aprofundado dos reais objetivos. No entanto, não deixa de causar uma certa inquietação na compreensão de tais mudanças propostas pelo MEC e todo conjunto de interessados pela educação brasileira.</p>
2-Diante das mudanças ocorridas de acordo com a Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016. Como você avalia o novo modelo de ensino?	<p><b>Professor I:</b> medidas e decretos não modificam em nada a estrutura educacional de forma positiva.</p> <p><b>Professor II:</b> a Medida Provisória 746/2016 não houve a participação da parte mais interessada que seria os professores, pais alunos.</p>



---

**Professor III:** modificar a estrutura do Ensino Médio, sem estruturar a base não é contribuir para o avanço da educação. A Medida Provisória não dá diretamente chance de o aluno escolher sua área de aprofundamento. Essa escolha vai depender muito de como cada sistema de ensino elabore sua proposta.

**Professor IV:** Essa escolha vai depender muito de como cada sistema de ensino elabore sua proposta. A medida institui as políticas de implantação do Ensino Médio Integral. Esta nova modalidade de ensino requer algumas adequações legais tanto ao suporte dos profissionais de educação, bem como a toda infraestrutura física das instituições de ensino envolvidas.

---

3-Qual a sua opinião sobre os objetivos e a flexibilização das disciplinas onde só Português e Matemática serão os dois únicos componentes curriculares obrigatórios nos três anos?

**Professor I:** a flexibilização proposta para Português e Matemática causará um grande prejuízo, em vista de sermos uma complexidade de competências e capacidades, haverá um encolhimento de possibilidades para o estudante.

**Professor II:** com essa Reforma o Ensino Fundamental deverá ter uma base mais sólida que fomente a preparação do jovem para ingresso no Ensino Médio.

**Professor III:** Priorizar apenas Português e Matemática é gerar um grande desafio para a formação dos jovens.

**Professor IV:** Esse tipo de iniciativa vem em sentido contrário à proposta da formação integral do estudante, fracionar ou priorizar aquilo que deve ser aprendido não formará estudantes preparados integralmente para vida em sociedade.

---

4-Entre os diversos desafios apontados para o novo Ensino Médio, quais você acha mais pertinentes?

Os 04 professores entrevistados chegaram a relatar que para receber o novo Ensino Médio, o CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli sofreu várias mudanças, mais ainda precisa passar por adequações físicas e curriculares porque além das disciplinas da BNCC, há ainda a parte diversificada que tem como objetivo intensificar e qualificar a vida do estudante para que o mesmo realize seu projeto de vida, tornando-se um jovem autônomo, solidário e competente.

---

5-Qual a sua opinião sobre a ampliação da carga horária mínima anual do Ensino Médio para 1.400 horas?

**Professor I:** não deixa de causar diversas mudanças no seu cotidiano, a carga horária mínima foi progressivamente ampliada para 1.400 horas, o que se tinha antes, estabelecido na LDB era 800 horas anuais, distribuídas em um mínimo de 200 dias letivos.

**Professor II:** Essa ampliação afeta tanto o currículo da escola, quanto o preparo dos professores.

---

---

**Professor III:** o fato de permanecer mais tempo na escola levou um certo tempo para adaptação, principalmente porque o prédio não estava preparado para essa demanda em conter professores e alunos por mais tempo.

**Professor IV:** Para haver uma formação integral da Base Nacional Comum Curricular associada à parte diversificada da proposta faz-se necessário a ampliação da carga horária, no entanto espera-se que ela oportunize mais momentos de aprendizagem ao estudante.

---

6-Há disponibilidade de recursos financeiros para adequação da escola ao novo Ensino Médio?

Os 04 (quatro) professores citaram que na medida do possível há recursos disponíveis para que a escola efetive a proposta. Até o momento a disponibilização de recursos financeiros fornecidos estão suprimindo as necessidades básicas do modelo de ensino, tais como: a alimentação dos alunos e dos professores que o mais prioritário nesse momento.

---

7-Quais as expectativas da comunidade escolar enquanto a implantação do novo sistema?

Os 04 (quatro) sujeitos envolvidos na pesquisa frisaram que: a escola em se tem mostrado boas expectativas com a implantação da modalidade, pois seus objetivos e diretrizes vêm suprimindo lacunas e déficits do modelo de ensino regular ainda em vigência. Alguns fatores precisam ser trabalhados como a participação da família no processo, os pais ainda não têm noção da importância de os filhos passar o dia todo na escola.

---

8-Qual a expectativa em relação a aprendizagem dos alunos com o novo modelo de ensino?

**Professor I:** as expectativas é um componente importante da escola. A escolar tem como expectativas de aprendizagem a socialização dos estudantes, é claro que sejam todos aprovados no ENEM.

**Professor II:** a proposta na sua essência, prima pela formação integral do aluno, sempre atrelado ao seu projeto de vida.

---

---

9-Você enquanto profissional da educação se sente preparado para atuar no novo sistema de ensino?

**Professor III:** Nesse percurso o aluno tem diversas formas e momentos de aprendizagem, logo sua capacidade de aprendizagem e formação integral.

**Professor IV:** As altas expectativas são fundamentais para os alunos se engajarem com a escola e com o processo de aprendizagem.

**Professor I:** Me sinto preparado, pois a mudança trouxe vários desafios exigiu muito esforço de cada um de nós. Mais com empenho e dedicação se alcança os objetivos.

**Professor II:** a dinamicidade do processo ensino aprendizagem, elementos como currículo, infraestrutura e recursos diversificados deverão ajustar-se para que se cumpra os objetivos dessa nova modalidade de Ensino Médio.

**Professor III:** para a proposta atingir o seu objetivo não basta apenas só preparo dos professores, é necessário que o sistema invista na qualidade da escola, e formação continuada dos docentes também.

**Professor IV:** me sinto preparado, mais precisamos de muito apoio do sistema para fazer acontecer a proposta.

---

Fonte: própria

Com base nas respostas dos professores, concorda-se com Ramalho e Núnêz (2011) que a prática docente é integradora, no entanto, se constrói permeada pelo contexto sócio-político, pela identidade profissional, por valores e princípios éticos, pela sua condição enquanto trabalhador assalariado, pelo seu compromisso de classe, pela qualidade de sua formação e pela disposição em assumir uma postura não subordinada à lógica vigente.

Do professor ainda é exigida uma postura voltada para ações interdisciplinares e requer um equilíbrio entre as trocas de conhecimentos e integração de conceitos e métodos nos diferentes campos da Educação Básica.

### 5.1.2 Entrevista com os alunos

O segundo momento da pesquisa ocorreu junto aos alunos, (quadro 03) foi questionado aos mesmos sobre quais, as principais diferenças entre o novo Ensino Médio e o anterior, as expectativas deles enquanto jovem diante do novo Ensino

Médio, a visão deles sobre a integração do ensino e à inserção no mercado de trabalho, entre outros.

TABELA 3-Entrevista com os alunos

Perguntas	Respostas
1-Quais as principais diferenças entre o novo Ensino Médio e o anterior?	06 (seis) dos alunos entrevistados chegaram a afirmar que a diferença está no tempo de permanência na escola.  09(nove) ainda não se adaptaram com a nova rotina. Para esses 09 (nove) alunos permanecer mais tempo na escola, é um desafio que precisa ser superado para o alcance dos seus objetivos.
2-Quais as suas expectativas enquanto jovem diante do novo Ensino Médio?	03 (três) dos alunos entrevistados não conseguiram responder a esse questionamento.  04 (quatro) responderam que esperam se formar e conseguir um emprego.  06 (seis) pretendem sair do Ensino Médio e entrar em uma faculdade.  02 (dois) esperam que o novo modelo de ensino possa trazer mais oportunidades para os jovens estudar mais, e poder expressar suas opiniões.
3-Qual a sua visão sobre a integração do ensino e à inserção no mercado de trabalho?	A visão 12 (dose) alunos é entrar em um mercado de trabalho, eles têm esperança no modelo de ensino, com o tempo integral estão sendo preparados. Segundo 03 (três) alunos, hoje em dia é muito difícil as oportunidades de emprego, principalmente para os jovens vindo da população mais pobre.
4-O novo modelo de ensino interferiu nas suas atividades do dia-a-dia?	03 (três) alunos colocaram que interferiu muito, o tempo que permanecem na escola os impossibilita de ajudar os pais em algumas tarefas.  04 (quatro) alunos não se sentem à vontade, passando o dia fora de casa.  Foi possível perceber com esse questionamento que 08 (oito) alunos do sexo masculino já trabalham para ajudar na renda familiar, e pelo fato de permanecer mais tempo, não podem mais ajudar os pais, isso de certa forma repercutirá na família e vida desse jovem.
5-Você acha que o novo Ensino Médio pode contribuir para o ingresso de forma mais rápida no Ensino Superior?	08 (oito) responderam apenas: Sim, 04 (quatro) Claro, 03(três) Eu acho que sim (1) Nesse questionamento não foi possível de se obter uma resposta positiva por parte dos alunos.

6-Sobre as novas disciplinas Português e Matemática serem obrigatórias nos três anos. Você acha que só elas são essenciais para sua formação?	Diante da flexibilização das demais disciplinas, os 15 (quinze) alunos pontuaram que as mesmas não deviriam ser flexível, porque todo componente curricular é importante para a formação do ser humano.
7-Você acha que a formação básica prepara para a vida profissional?	Para 09 (nove) alunos sim, 03 (três) se sentiram inseguros em afirmar.
8-Como você avalia o prédio onde estuda?	02 (dois) chegaram a responder que a formação básica prepara para a vida, mas a educação superior vai muito além.
9-O espaço físico e estrutural corresponde aos seus anseios?	Os 15 (quinze) alunos pontuaram que o prédio ainda precisa passar por muitas adaptações, eles ainda não se sentem à vontade para passar o dia todo na escola, o refeitório por exemplo não suporta todos alunos, isso acaba atrapalhando-os na hora das refeições.
10-Como você se sente diante do novo modelo de ensino?	Foi possível observar nas respostas dos 15(quinze) alunos que não, devido não ter banheiro correspondente ao total de alunos, então eles passam o dia na escola sem tomar banho, na hora dos intervalos eles sentem falta de um espaço para se acomodarem.
10-Como você se sente diante do novo modelo de ensino?	04 (quatro) frisaram que se sentem cansados, 03 (três) se sentem otimista com a nova ideia de ensino integral. 08 (oito) responderam que procuraram se esforçar ao máximo para superar as dificuldades.

Fonte: própria

A Educação Tempo Integral é muito desejável, algo já encontrado nas escolas de elite. A reorganização de tempos e de espaços incide em um ponto crucial no incremento da instituição escolar que tenha como norte a integralidade do ser humano.

Em consenso com Moarzecl, Rojas e Pimenta, (2017) o orçamento da medida, sem consulta prévia é seu maior problema, seguido do perfil do aluno do Ensino Médio, que muitas vezes trabalha e colabora com a renda familiar e que talvez não esteja preparado ou não tenha condições de permanecer na escola durante 7 horas, o que pode gerar o problema sério de evasão no Ensino Médio.

Diante disso, compreende-se que desafios que caracterizam o cenário do Ensino Médio reflete na construção e assimilação de práticas pedagógicas que se façam críticas, emancipadoras e integradoras nessa modalidade de ensino, de modo que se compreenda o papel essencial que ela representa para a emancipação dos estudantes na sociedade.

## 6 CONCLUSÃO

A Reforma do Ensino Médio provocou diversas críticas no cenário educativo. A educação brasileira sempre apresentou diversos problemas, sendo o principal deles a evasão escolar, e a política de fomento de uma educação de qualidade para a classe baixa. O novo modelo de ensino sancionado pela Lei nº 13.415/2017, originada da Medida Provisória 746/2016, provocou mudanças no currículo e na carga horária, trouxe à população a ideia de que agora será possível ao aluno decidir a área que deseja se aprofundar e posteriormente ingressar no mercado de trabalho.

Mas esse pensamento, pode fluir um fator negativo apresentado pela reforma e que não condiz com a atual realidade do ensino, o aluno nem sempre poderá escolher qualquer área, pois algumas poderão não ser ofertadas em sua escola ou seu Estado, impedindo este de cursar o que deseja. É importante ressaltar que toda reforma tem seu caráter político e econômico, deve-se atentar aos reais motivos e intenções daqueles que a elaboram, e quais os objetivos da mesma.

A pesquisa aqui apresentada provocou uma série de pensamentos sobre o novo Ensino Médio em Tempo Integral e os desafios de sua implantação no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli. Visto que a escola não se encontra nas condições que deveria adequadas como prima a proposta para acomodar todos os alunos. Em outra ótica os professores ainda não se sentem confiáveis diante do novo sistema de ensino, isso demanda uma série de adaptações com a carga horária por, e o currículo da escola.

Os alunos sentem falta de um espaço mais adequado para os mesmos realizarem suas atividades. Foi possível observar com este estudo que a escola ainda não corresponde aos anseios dos alunos, tanto que os 15 (quinze) alunos envolvidos na pesquisa chegaram a afirmar que ainda não se sentem confortáveis em passar o dia todo na escola pelo fato da escola não dispor ainda de espaço que os acomode.

Portanto, a pesquisa elucidou que a implantação do novo modelo de ensino provocou mudanças no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli tanto na sua estrutura física quanto pedagógica, a instituição precisa passar por diversas adaptações para suprir as reais necessidades dos alunos e dos professores, para atingir os reais objetivos propostos pela nova Reforma do Ensino Médio em Tempo Integral.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-docapitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 20 de novembro 2018.

ARAÚJO, Paulyanne Leal de, YOSHIDA, Sônia Maria Pinheiro Ferro: **Professor: Desafios da prática pedagógica na atualidade.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/> Acesso em: 15 de outubro 2018.

BALD, Volnei André. FASSINI, Edí: **Reforma do Ensino Médio: resgate histórico e análise de posicionamentos a respeito da Lei Nº 13.415/17 por meio de revisão de literatura-2017:** Disponível: acesso em setembro 2018.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Análise do Contexto da Educação Brasileira.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 14. pp 47-54 Janeiro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/> Acesso em: 15 de outubro 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: [www.planalto.com.br](http://www.planalto.com.br). Acesso em junho de 2018.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBn nº 9.394/96.** Congresso Nacional.MEC, 1996. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: [www.gov.com.br](http://www.gov.com.br). Acesso em maio 2018.

\_\_\_\_\_, Secretaria de educação Profissional e tecnológica do ministério da educação – SETEC/MEC: **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais:** ISBN 978-85-16-06020-6. EDITORA MODERNA LTDA, 2012. 146p. Disponível: <https://www.moderna.com.br>, acesso em 13 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2015 /** Ministério da Educação. –Brasília: MEC, 2014.105 p., il. Incl. bibl. ISBN: 978-85-60331-53-6. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file> acesso em 24 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006.** Dispõe sobre a instituição, em âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, DF, 2013. Disponível em

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-cn-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-cn-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Projeto de lei nº 6.840 de 2013. Brasília, 2013.** Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1200428](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428). Acesso em agosto 2018.

\_\_\_\_\_, **Número de matrículas na educação básica por dependência administrativa.** Brasil 2008/2014. Brasília: MEC, 2014a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192) . Acesso em agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2015.** Brasília: IBGE, 2015b. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default\\_sintese.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shtm) . Acesso em 09 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Brasília, DF, set 2016a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm) . Acesso em 23 de novembro de 2018

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 23 novembro de. 2018.

BODIÃO, Idevaldo da Silva: **Considerações sobre a Reforma do Ensino Médio do Governo Temer.** Cad. Pesq. São Luís, v. 25, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326271117>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

CAMPELO, Calebe Lucas Feitosa: **Reforma Capanema e Reforma Mendonça Filho: Primeiras Aproximações:** Universidade Estadual do Maranhão. Jornada Internacional de Políticas Públicas, de 22 a 25 de agosto de 2017. V. 01, pág. 1,9. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/> acesso em 15 de outubro de 2018.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. **A trajetória da Educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à Educação Profissional.** 2011 Disponível em:<<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducativa/CANALI.pdf> >. Acesso em outubro de 18.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. PICOLI, Elaine Senhorini Arneiro: **Políticas De Flexibilização Curricular: Uma Análise Sobre O Programa Ensino Médio Inovador** (Proemi): Educare/Educare, Revista de Educação. Vol. 12 Número 24 Jan./Abr. 2017 Ahead of Print. Disponível em. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 24 de outubro de 2018.



CAVALIÉRE, Ana Maria Villela. **Memória das escolas de tempo integral do rio de janeiro** (cieps): documentos e protagonistas. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação –I CBHE –2000. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/017\\_ana\\_maria\\_vilella.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/017_ana_maria_vilella.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2018.

CORSO, A. M; SOARES, S. T. S.: **O Ensino Médio no Brasil: dos desafios históricos às novas Diretrizes curriculares Nacionais**, Florianópolis, outubro. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014, número de páginas 19 v. 01 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a16.pdf>. Acesso em: 28 março de 2018.

CURY, C. R. J. **O Ensino Médio no Brasil: histórico e perspectivas**. Educação em Revista, Belo Horizonte. n. 27, p. 73-84, 1998.

EEAL. **Projeto Político Pedagógico Escola Luz**. Araguaína, 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?> Acesso em 13 de novembro de 2018.

FAJARDO, Vanessa. **Entenda a reforma do ensino médio**. G1. Rio de Janeiro, 15 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018. 2017.

FERRETI, Celso João, SILVA, Monica Ribeiro da: **Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória no 746/2016**: Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v0998n.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v0998n.pdf). Acesso em: abril de 18.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Três Teses Sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade**. In: Cadernos CEDES v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 24 de outubro de 2018. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000200137&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 11 de outubro de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno**: Decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. (2016). Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/reforma-deensino-Medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra> Acesso em: 22 de outubro de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Candido Alberto-**Novos rumos para o Ensino Médio**: Brasil em perspectiva/Brasília: Unesco, Brasília: Unesco, c1998. 42 p.; 17x24 cm. – (Cadernos Unesco Brasil. Série Educação; v. 1). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/>> Acesso em: 03 abr. 2018.

\_\_\_\_\_; VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de; COELHO, Silvia Regina dos Santos. **Ensino Médio: impasses e dilemas**. Brasília: Cidade Gráfica Editora, 2018. 240 p. 24 cm. ISBN: 978-85-62258-24-4. Disponível <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002629/262946por.pdf>. Acesso em 23 de outubro 2018.

GONÇALVES; Suzane da Rocha Vieira: **Interesses mercadológicos**: E o “novo” Ensino Médio. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan. /jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

GUEDES I. A. C. SANCHEZ, L. B. L. **A Formação Docente Para a Educação Profissional Técnica e Sua Influência na Atuação dos Professores do Instituto Federal do Amapá –Campus Macapá: Um estudo de Caso**. HOLOS, Ano 33, Vol. 07. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n186a06.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

INEP. **Censo escolar 2013: notas estatísticas apresentação**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/apresentacao/2017/apresentacao\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_%202016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf)>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

IDEB: **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2005-2013**: Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Daeb Diretoria de Estatísticas Educacionais – Deed. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/documentos/2014/ideb\\_brasil\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/documentos/2014/ideb_brasil_2013.pdf). Acesso em 26 de outubro de 2018.

KASEKER, Raquel Coutinho; SANSON, Norma Suely dos Santos. **Medida Provisória 746/2016 e seu impacto no Ensino Médio em busca de uma educação de qualidade-2016**. VI Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE. <http://www.educare.com.br>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

KUENZER, A. Z. **A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 32, n. 116, p. 667-88, jul./set. 2010. doi:10.1590/S0101-73302011000300004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v584+91n15658/v41n144a06.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. A. Z. **O Ensino Médio agora é para a vida**: Entre o pretendido, o dito e o feito. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, 2017. <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33501>. Acesso em 23 de outubro 2018.

KRAWCZYK, Nora. Reflexões sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 41 n. 144, p.752-769, Set/Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a06.pdf> Acesso em: 25 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan.-mar. 2014 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 25 outubro de de 2018.

MANCEBO, Deise: **Crise político-econômica no Brasil**: Breve análise da educação superior. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n92/v09n50a14.pdf>. Acesso em junho 2018.

MARTINS, K., FROM, D.A. **A importância da educação a sociedade atual**. IN Revista Exitus UFOPA Belém, PA: Editora: 2017. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n92/v09n50a14.pdf>. Acesso em junho 2018.

MELO, Wallace. **As reformas do ensino médio: considerações históricas, educacionais e políticas**. Contee. 2016. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2016/09/as-reformas-do-ensino-medio-consideracoes-historicas-educacionais-e-politicas/>>. Acesso em: 28 abr. 2017

MORAES, B. M. M...[et al.] **Políticas Públicas de Educação**. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. 113p. ISBN: 978-85-93489-01-3 Edição: 1 Ano de Edição: 2017 Local de Edição: Rio de Janeiro – RJ. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n92/v09n50a14.pdf>. Acesso em junho 2018.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOEHLECKE, S. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações**. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 49, p. 39-58, jan. /abr.2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo: **Na história do ensino da literaturano Brasil: problemas e possibilidadespara o século XXI**: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 52, p. 23-43, abr./jun. 2014. Editora UFPR. DOI: 10.1590/0104-4060.36317. : <https://scholar.google.com.br/>, acesso em setembro 2018.

MORAES, Bianca Mota de... [et al.]. **Políticas Públicas de Educação**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. 113p. ISBN: 978-85-93489-01-3 Edição: 1 Ano de Edição: 2017 Local de Edição: Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/> acesso em 15 de outubro de 2018.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politécnica e formação integrada: confronto conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação. v. 20, n.63, /dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/> Acesso em: 30 mar. 2018.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; ROJAS, Angelina Accetta, PIMENTA, Maria de Fátima Barros. **A Reforma do Ensino Médio: novos desafios para a gestão escolar.** *RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 159-176, mar., 2018. e-ISSN: 1519-9029 DOI: 10.22633/rpge.v22.nesp1.2018.10788. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/index>. Acesso em outubro de 18.

NETO, Edgar de Campos, LIMA, Edméia Maria de, ROCHA, Ana Carolina: **Breve reflexão acerca da reforma do ensino médio e seus impactos na formação do estudante.** XII congresso Educacional de Educação, EDUCARE, 2015. ISSN: 2176-1396, P. 15. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n92/v09n50a14.pdf>. Acesso em: mar 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <[http://Downloads/19491-70742-1-PB%20\(1\).pdf](http://Downloads/19491-70742-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 de outubro 2018.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. **Empresário, Sistema mudanças no Ensino Médio.** In: Revista Valor Econômico. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://www.alfaebeto.org.br/empresarios-sistema-se-mudancas-no-ensino-medio/>Acesso em: 25 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Denílson, **O Ensino Médio já passou por três grandes reformas desde Getúlio Vargas.** Colaboração para o Jornal Folha de São Paulo. Edição 10.09.2017. Disponível em: [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br). Acesso em junho 2018.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em setembro 2018.

PIZANNI, L. ET AL, 2012. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** © Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul. /Dez. 2012 – ISSN 1678-765X 53. Disponível em: <https://www.scielo.com.br>, acesso em abril de 2018.

PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental.** São Paulo: Ática, 1998.

PINHO, M. J. PEIXOTO, E.R.B: **A educação integral diante do novo paradigma: perspectivas e desafios.** *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?> Acesso em 13 de outubro de 2018.

QUINALIA, C.L. SLONIAK, M.A. DORES, M. D. LIRA, S.C.C. **Política pública de educação uma análise do ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio no Distrito**

Federal. doi: 10.5102/unijus.v24i1.2259. Universitas/JUS, v. 24, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2013. <http://books.scielo.org>>. Acesso em setembro 2018.

RAMOS, Flávia Regina Oliveira, HEINSFELD, Bruna Damiana de Sá Solón: **Reforma do Ensino médio de 2017 (LEI Nº 13.415/2017):** um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. XII congresso Educacional de Educação, EDUCARE, ISSN 2176-1396. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?> Acesso em 13 de outubro de 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação:** formação e formação profissional. Petrópolis. RJ. Vozes. 2013.

TOMMASI, Livia De et al (Org.) **O Branco mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

SANZ, R. **O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo.** 2016. Disponível em: <[http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11554%3A2016-04-02-16-3822&catid=34%3Amanchete](http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11554%3A2016-04-02-16-3822&catid=34%3Amanchete)>. Acesso em: 20 dezembro. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Edição Comemorativa. Campinas: Autores. Associados, 2008.

SILVEIRA, Denise Tolfo; Córdova, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Método de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses, CALVALCANTE, Maria Juraci Maia Cavalcante. **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República** /(Orgs.) / Brasília: Liber Livro, 2016. 294 p. : il. ; 24 cm.-ISBN: 978-85-7963-150-4 Universidade Católica de Brasília. UNESCO. Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade.

URBANETZ, Sandra Terezinha. **Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional.** Revista Diálogo Educ., Curitiba, v.12, n. 37, p.863---883, set/dez. 2012. Disponível em <<https://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=7207>>. Acesso em: Novembro de 2018.

## **APÊNDICE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA.  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS-BIOLOGIA

SOLICITAÇÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Senhor gestor (a), venho através deste documento solicitar a sua autorização para aplicação de um estudo de campo nesta unidade de ensino, onde o mesmo tem como objetivo analisar o processo de implantação do Novo Ensino Médio em modalidade de tempo integral no CEIN-Centro de Ensino Integral Dom Ungarelli.

Informo-lhe que as respostas obtidas através das entrevistas serão destinadas a produção do TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso Licenciatura em Ciências Naturais-Biologia, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

É de fundamental importância colher o depoimento dos professores e alunos a respeito da nova modalidade de ensino, para assim poder compreender a nova proposta do novo Ensino Médio.

Espero contar com a vossa colaboração e compreensão.

Adriana de Jesus Barros Viegas

Acadêmica do Curso Ciências Naturais-Biologia, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA.  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS-BIOLOGIA

QUESTIONÁRIO APLICADO ENTRE OS PROFESSORES/GESTORES

1. Qual a sua visão a respeito da proposta do novo Ensino Médio?
2. Diante das mudanças ocorridas de acordo com a Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016. Como você avalia o novo modelo de ensino?
3. Qual a sua opinião sobre os objetivos e a flexibilização das disciplinas onde só Português e Matemática serão os dois únicos componentes curriculares obrigatórios nos três anos?
4. Entre os diversos desafios apontados para o novo Ensino Médio, quais você acha mais pertinentes?
5. Qual a sua opinião sobre a ampliação da carga horária mínima anual do Ensino Médio para 1.400 horas?
6. Como ficou a estrutura física e o currículo da escola para implantação do novo Ensino Médio integral?
7. Há disponibilidade de recursos financeiros para adequação da escola ao novo Ensino Médio?
8. Quais as expectativas da comunidade escolar enquanto a implantação do novo sistema?
9. Você enquanto profissional da educação se sente preparado para atuar no novo sistema de ensino?





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA.  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS-BIOLOGIA

QUESTIONARIO APLICADO ENTRE OS ALUNOS

11. Quais as principais diferenças entre o novo Ensino Médio e o anterior?
12. Quais as suas expectativas enquanto jovem diante do novo Ensino Médio?
13. Qual a sua visão sobre a integração do ensino e à inserção no mercado de trabalho?
14. O novo modelo de ensino interferiu nas suas atividades do dia-a-dia?
15. Você acha que o novo Ensino Médio pode contribuir para o ingresso de forma mais rápida no Ensino Superior?
16. Sobre as novas disciplinas Português e Matemática serem obrigatórias nos três anos. Você acha que só elas são essenciais para sua formação?
17. Você acha que a formação básica prepara para a vida profissional?
18. Como você avalia o prédio onde estuda?
19. O espaço físico e estrutural corresponde aos seus anseios?
20. Como você se sente diante do novo modelo de ensino?

